



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



LIDIANNE BICALHO ALMEIDA

**DIAGNÓSTICO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS
DO CCENS/UFES: UM ESTUDO DE CASO**

**VITÓRIA/ES
2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



LIDIANNE BICALHO ALMEIDA

**DIAGNÓSTICO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS
DO CCENS/UFES: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Fabricia Benda de Oliveira

**VITÓRIA/ES
2020**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B583d Bicalho Almeida, Lidianne, 1986-
Diagnóstico dos estágios supervisionados do CCENS/Ufes: um estudo de caso / Lidianne Bicalho Almeida. - 2020.
86 f. : il.

Orientadora: Fabricia Benda de Oliveira.
Tese (Mestrado Profissional em Gestão Pública) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Descentralização. 2. Estágio supervisionado. 3. Gestão Pública. 4. Estudo de Caso. I. Benda de Oliveira, Fabricia. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



LIDIANNE BICALHO ALMEIDA

**DIAGNÓSTICO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO
CCENS/UFES: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovado em 14 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Fabrícia Benda de Oliveira
Orientadora - PPGGP/UFES

Prof. Dr. Ulysses Rodrigues Vianna
Membro Interno - PPGGP/UFES

Prof.ª Dr.ª Tais Cristina Bastos Soares
Membro Externo - PPGPV/UFES

AGRADECIMENTOS

À minha família, meu esposo, Aloísio Favoreto Alves e meu filho, Pedro Bicalho Favoreto, por terem me encorajado e dado suporte nesta jornada.

À professora Fabricia Benda de Oliveira, minha orientadora, por ter me auxiliado, incentivado e ajudado no processo de construção deste trabalho.

Aos amigos Wesley Augusto Campanharo e Wisley Braga Curty, pelo incentivo e apoio durante a realização deste curso.

Ao Programa de Mestrado em Gestão Pública pela oportunidade de aprendizagem e crescimento.

À Universidade Federal do Espírito Santo, por me conceder todas as condições necessárias para a realização deste trabalho.

RESUMO

ALMEIDA, Lidianne Bicalho. **Diagnóstico dos Estágios Supervisionados do CCENS/Ufes: Um Estudo de Caso**. 2020. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

Introdução: A realização do estágio supervisionado é um momento muito importante para os acadêmicos dos cursos de graduação, pois é a partir dele que acontece o primeiro contato com a atuação profissional, possibilitando a cooperação entre os conhecimentos teóricos e práticos. Aliado a isto, a Lei nº 11.788/2008 passou a regulamentar as atividades práticas e determinou que: “o estágio é um ato educativo supervisionado”. E assim a Universidade Federal do Espírito (Ufes) passou a habilitar os estudantes, integrando os conhecimentos adquiridos em sala de aula com as atividades desenvolvidas durante os estágios. O **problema** encontrado consiste na centralização da operacionalização e homologação das atividades administrativas relacionadas aos estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório na Divisão de Estágio e na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) da Ufes, em Vitória. Deste modo, os centros localizados no *Campus* da Reitoria, acabam não sentindo o impacto, mas os que estão situados no município de Alegre, como é o caso do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS) da Ufes, já percebem alguns problemas oriundos dessa centralização. Sendo assim, o campo de análise foi o CCENS e o **objetivo principal** deste trabalho é diagnosticar como ocorrem os procedimentos relacionados ao estágio supervisionado no CCENS e propor a criação da Coordenação Geral de Estágio para o Centro. Neste contexto, houve um **trabalho teórico** inicial, abordando as organizações, a estrutura organizacional da administração pública e sua necessidade de aprimoramento, por meio da descentralização. Em seguida, foi relevante compreender o surgimento e modo como funcionam as Instituições de Ensino Superior (IES), conseqüentemente focar na esfera pública e adentrar na realidade da Ufes e do CCENS. Após, foi feita uma pesquisa com relação ao estágio supervisionado e seus contornos práticos, através de um estudo de caso aplicado na Secretaria Única de Graduação (Sugrad) e uma análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), dos Regulamentos e Normas de Estágio dos cursos, das Resoluções de Estágio, do relatório do Sistema de Informações para o Ensino (SIE), do Sistema de Controle de Estágio e dos *check lists*. Posteriormente foram confeccionados mapas utilizando Sistema de Informações Geográficas (SIG), buscando demonstrar a realidade dos campos de estágio do CCENS. Como **resultado**, confirmou-se que as atividades administrativas precisam ser descentralizadas e desburocratizadas, e com isso, passar a ser desenvolvidas no CCENS. As ações acadêmicas também necessitam ser melhor estruturadas, além do mais é importante ampliar o campo de estágio. A partir deste resultado foi elaborado como **produto técnico** o Relatório Técnico Conclusivo: Análise das Atividades Relacionadas ao Estágio Supervisionado e Anteprojeto: Proposta de Criação da Coordenação Geral de Estágio do CCENS/Ufes.

Palavras-chave: Descentralização - Estágio supervisionado - Gestão Pública - Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

ABSTRACT

ALMEIDA, Lidianne Bicalho. **Diagnosis of Supervised Internships of CCENS/Ufes: A Case Study**. 2020. 86 f. Dissertation (Professional Master in Public Management) - Federal University of Espírito Santo, Vitória, 2020.

Introduction: Supervised internship is a very important moment for undergraduate students, since it is their first contact with professional from the area, enabling cooperation between theoretical and practical knowledge. Allied to this, Law nº11.788/2008 started to regulate practical activities and determined that: “internship is a supervised educational act“ and thus the Federal University of Espírito Santo (Ufes) started to qualify students, integrating the knowledge acquired in classroom with the activities developed during the internships. The **problem** found consists in centralizing operationalization and approval of administrative activities related to the mandatory and non-mandatory supervised internship at the Internship Division and the Undergraduate Dean Campus (Prograd) of Ufes, in Vitória. Therefore, the centers located on the Dean Campus do not suffer impact but those located in the municipality of Alegre, such as Center for Exact, Natural and Health Sciences (CCENS) at Ufes has already noticed problems arising due to being far from the Dean Campus. Hence, the field analysis was located at CCENS and the **main objective** of this study is to diagnose how the procedures related to the supervised internship at CCENS occur and to propose creating the “General Internship Coordination” for the Center. In this context, there was one **theoretical work** initially addressing organizations, the organizational structure of public administration and their need for improvement through decentralization. Then, it was relevant to understand the emergence and how the Higher Education Institutions (HEIs) work, consequently focusing on the public sphere and entering into the reality of Ufes and CCENS. Afterwards, a research was carried out on supervised internship and its practical outlines, through a case study applied at the Single Undergraduate Secretariat (Sugrad) and an analysis of the Pedagogical Projects of the Courses (PPC), the Regulations and Standards of Internship, the Internships Resolutions, the report from Educational Information System (SIE), the Internship Control System and the check lists. Afterwards, maps were made using Geographic Information System (GIS), seeking to demonstrate the reality of internships at CCENS. As a **result**, it was confirmed that the administrative activities need to be decentralized and less bureaucratic, and to be developed at CCENS, on the other hand the academic activities also need to be better structured, besides expanding the fields of internship. Based on this result, a Conclusive Technical Report: Analysis of Activities Related to the Supervised Internship and Draft Project: Proposal to Create the General Internship Coordination of CCENS/ Ufes was elaborated as a **technical product**.

Keywords: Decentralization - Supervised internship - Public Management – Federal University of Espírito Santo (Ufes)

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Demonstrativo das pessoas envolvidas na formalização do termo de compromisso de estágio, na Universidade Federal do Espírito Santo, de acordo com a Resolução 74/2010 do Cepe.....49
- Figura 2 – Relação entre o quantitativo de estágios realizados nos cursos de bacharelado e licenciatura do CCENS , no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.52
- Figura 3 - Mapa com a localização dos estágios realizados pelas licenciaturas em Química, Física, Matemática e Ciências Biológicas, do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.....55
- Figura 4- Mapa dos campos de estágio dos cursos de Farmácia e Nutrição, do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.56
- Figura 5 - Mapa com a localização dos estágios realizados pelos cursos de Geologia, Ciências Biológicas, Sistemas de Informação e Ciência da Computação, do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.....58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação dos estágios obrigatórios por curso do CCENS/Ufes, nome das disciplinas, período de realização e carga horária45

Tabela 2 – Quantidade de matrículas nas disciplinas de estágio dos cursos do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.**Erro! Indicador não definido.**6

Tabela 3 – Quantidade de estagiários por curso e desenvolvidos no município de Alegre/ES, do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2019.534

LISTA DE SIGLAS

CAR:	Centro de Artes
CAUFES:	Centro Agropecuário da Universidade Federal do Espírito Santo
CCA:	Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo
CCAEE:	Centro de Ciências Agrária e Engenharias
CCE:	Centro de Ciências Exatas
CENS:	Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde
CCHN:	Centro de Ciências Humanas e Naturais
CCJE:	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCS:	Centro de Ciências da Saúde
CE:	Centro de Educação
CEFD:	Centro de Educação Física e Desportos
Cepe:	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEUNES:	Centro Universitário Norte do Espírito Santo
CGE:	Coordenação Geral de Estágio
Cosb:	Comitê de Simplificação da Burocracia
Covid-19:	Coronavírus
CT:	Centro Tecnológico
CUn:	Conselho Universitário
DOU:	Diário Oficial da União
EARTE:	Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial
ESAES:	Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo
ES:	Espírito Santo
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GCC:	Gerência de Compras e Contratações
IES:	Instituição de Ensino Superior
IESP:	Instituições de Ensino Superior Públicas
LDB:	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAE:	Plano de Ação Educacional
PDRA:	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PND:	Programa Nacional de Desburocratização
PPC:	Projeto Pedagógico do Curso

Proad:	Pró-Reitoria de Administração
Prograd:	Pró-Reitoria de Graduação
Proplan:	Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
REUNI:	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão
Semor:	Secretaria de Modernização da Reforma Administrativa
SIE:	Sistema de Informações para o Ensino
SUD:	Secretária Unificada de Departamento
Sugrad:	Secretária Única de Graduação – Setorial Sul
TCE:	Termos de Compromisso de Estágio
Ufes:	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.1	TEMPORALIDADES	12
1.2	O TEMA OBJETO DE ESTUDO	12
1.3	O CONTEXTO E O PROBLEMA	14
1.4	OBJETIVOS.....	16
1.5	PRODUTO TÉCNICO OBTIDO	16
1.6	DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA	17
2	APORTE TEÓRICO	19
2.1	ORGANIZAÇÕES	19
2.1.1	Administração Pública	20
2.1.2	Descentralização	23
2.2	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	24
2.3	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS	25
2.4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	27
2.4.1	Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde	28
2.5	CONCEPÇÃO DO ESTÁGIO.....	30
2.5.1	Principais Regulamentações do Estágio	32
2.5.2	Resolução nº 74/2010 do Cepe	35
2.6	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	37
3	MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	39
3.1	CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	39
3.2	MATERIAIS E MÉTODOS	40
4	ANÁLISE E DISCURSSÃO DOS DADOS.....	43
4.1	COMPREENDENDO OS PRÉ-REQUISITOS E A ABRANGÊNCIA DOS ESTÁGIOS SUPERVIONADOS OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO	43
4.2	ATIVIDADES ACADÊMICAS	46
4.3	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	48
4.4	ANÁLISE DO CAMPO DE ESTÁGIO.....	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
5.1	RESGATANDO OS OBJETIVOS.....	59
5.2	CONTRIBUIÇÕES	61
5.3	PRODUTO TÉCNICO	62
5.4	CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS.....	62
5.5	ADERÊNCIA	62
5.6	REPLICABILIDADE	63
5.7	INOVAÇÃO	63
5.8	ÊNFASE DA DISSERTAÇÃO	63
	REFERÊNCIAS.....	64
	ANEXOS	71
	ANEXO A – RELATÓRIO ANTI-PLÁGIO	72
	ANEXO B – ATESTADO DE RECEBIMENTO TÉCNICO.....	73
	ANEXO C – RELATÓRIO DO SIE 11.02.04.99.29	75
	APÊNDICES.....	76
	APÊNDICE A – TERMO DE ENTREGA DO PRODUTO TÉCNICO	77
	APÊNDICE B – PRODUTO TÉCNICO: CARACTERÍSTICAS RELEVANTES (CADASTRO PTT SUCUPIRA).....	78

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 TEMPORALIDADES

Meu ingresso no serviço público ocorreu no dia quatro de dezembro de 2013, no cargo de Assistente em Administração, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente, exerço minhas atividades na Secretária Única de Graduação – Setorial Sul (Sugrad), na cidade de Alegre, Espírito Santo (ES). Atuando diretamente com os trâmites relativos aos estágios do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS), percebi que o estágio supervisionado é uma das atividades que merece atenção especial, em virtude de os procedimentos administrativos estarem centralizados na Divisão de Estágio e na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), em Vitória, ES. Essa centralização na homologação dos procedimentos de estágio pode acarretar perdas no quesito tempo de integralização curricular, pois a carga horária das disciplinas de estágio é extensa e quando o aluno não consegue formalizar os procedimentos acaba tendo que permanecer na universidade por mais um semestre para concluir o estágio. Com isso, como entender melhor esta realidade e o que pode ser feito para alterar este quadro? Assim, o Mestrado em Gestão Pública me proporcionou pensar e analisar sobre a realidade dos estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório no CCENS.

1.2 O TEMA OBJETO DE ESTUDO

O estágio supervisionado é uma atividade realizada pelos discentes dos cursos de graduação com intuito de complementar o ensino por meio da prática no âmbito do trabalho, de acordo com o conhecimento adquirido em sala de aula ao longo do curso. Nesse sentido, o objetivo da prática de estágio é desenvolver, em cada aluno dos cursos de graduação, não apenas a compreensão das teorias estudadas, mas também a sua aplicabilidade e a reflexão sobre a ação que se inicia naquele momento, instrumentalizando o profissional em formação para a transformação da sociedade (SCALABRIN; MOLINARI, 2013, p. 1).

Para Bianchi, Alvarenga e Bianchi (2002) o estágio ocorre em um espaço de tempo em que o discente incorpora os conhecimentos da prática para assimilar habilidades teóricas e abrange acompanhamento, observação, correção e análise; ademais, estes

autores também consideram as ações desenvolvidas vantajosas e fundamentais para o futuro profissional.

Conseqüentemente, é possível uma interação de conhecimento entre a teoria estudada e a prática vivenciada, fazendo com que ocorra um processo de adaptação, aprendizagem, renovação de conhecimento e enriquecimento profissional e cultural.

A partir disso, as Instituições de Ensino ganharam destaque. Uma vez que, se tomaram o meio de qualificar as pessoas, integrando a atividade profissional à construção acadêmica.

A Ufes na qualidade de Instituição de Ensino Superior (IES) e integralmente consolidada em todos os campos do saber (BORGHO, 2014), passou a capacitar os discentes para a vida profissional a partir da inserção dos estudantes no campo de estágio, sendo exigida a elaboração do termo de compromisso de estágio (TCE), avaliação não superior a seis meses e indicação de um docente responsável pela supervisão.

Neste contexto, a universidade, por meio da Resolução nº 74, de 14 de dezembro de 2010 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), elaborou e aprovou a normatização que regulamenta o estágio supervisionado curricular nos cursos de graduação, que expõe no Art. 1º:

O Estágio Supervisionado Curricular é um momento de aprendizagem e um componente curricular integrante dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), de natureza articuladora entre ensino, pesquisa e extensão, objetivando capacitar o graduando para ação-reflexão-ação (UFES, 2010, p. 1).

Desta forma, só é permitida a realização dos estágios supervisionados se houver um docente da Ufes na qualidade de orientador e um supervisor na empresa em que o discente realiza o estágio. Vale destacar também que o estágio é curricular, ou seja, está previsto na carga horária dos cursos para obtenção do título de bacharel ou licenciado.

O professor orientador ocupa o lugar de mediador no processo de ensino-aprendizagem e assume o papel de direcionar o aluno em cada atividade desenvolvida. Deste modo, o estágio pode ser entendido como uma estratégia

pedagógica para tentar superar a fragmentação do conhecimento e formar pessoas capazes de atuar de modo eficiente.

O setor responsável pela organização, consolidação e homologação das atividades relacionadas aos estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório de toda a Ufes é a Divisão de Estágio, que está vinculada à Prograd.

A Divisão de estágio gerencia todas as atividades da Ufes ligadas ao estágio e à Pró-Reitoria de Graduação e fica responsável pelos convênios em modelo padrão; ou seja, a celebração do acordo jurídico possui uma minuta com cláusulas e condições pré-estabelecidas. Ademais, quando as instituições concedentes não aceitam este tipo de minuta o contrato é encaminhado ao setor jurídico da universidade e, após o aceite, o reitor a valida. Então, os acadêmicos entregam no guichê da Prograd os TCEs e minutas dos cursos de licenciaturas e bacharelados, para assinatura.

Embora qualquer aluno da Ufes possa levar os documentos na Prograd pelo fato de os Setores estarem localizados no *Campus* da Reitoria, em Vitória, os discentes que estão matriculados nos cursos de Alegre acabam entregando os documentos na Sugrad para que não seja necessário o deslocamento até Vitória.

Portanto, as atividades relacionadas ao estágio do CCENS, localizado na cidade de Alegre, estão concentradas na Sugrad Mas, os serviços realizados são limitados à orientação, conferência administrativa e posterior encaminhamento; uma vez que a homologação ocorre de modo centralizado no Prograd e Divisão de Estágio.

Diante de todo o exposto, surgiu a necessidade de propor a criação de um setor de estágio no Centro, a Coordenação Geral de Estágio do CCENS, conforme possibilita a Resolução nº 74/2010 Cepe.

1.3 O CONTEXTO E O PROBLEMA

A Sugrad é um setor vinculado à Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan), localizada em Vitória, e, pelo Sistema de Liderança (modo de gerenciar pessoas), ligado ao Departamento de Suporte à Gestão, em Alegre (UFES, 2015). Segundo o Regimento Interno da Sugrad, a Secretaria é responsável por auxiliar e suplementar as atividades realizadas pela Prograd.

Segundo UFES (2016), a Sugrad atua dando suporte administrativo aos discentes e aos Colegiados dos cursos de graduação do CCENS e do Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAIE) e realiza a orientação, recebendo e atuando por meio do Protocolo/Ufes (plataforma que permite criação e tramitação de arquivos em formato digital) documentos vinculados aos seguintes assuntos:

- trancamento de cursos;
- amparo legal/gestante;
- aproveitamento de disciplinas obrigatórias/optativas e eletivas;
- solicitação de segunda via de diploma; a retificação de dados cadastrais;
- estágio supervisionado e convênios para realização do mesmo;
- quebra de pré-requisito;
- extrapolação de carga horária;
- colação de grau em data especial;
- desligamento facultativo;
- desligamento de curso conforme artigo 11 da Resolução 38, 14 de outubro de 2016 do Cepe.

Sendo assim, todos os procedimentos acima citados são centralizados na Prograd, localizada na cidade de Vitória e são os servidores dessa Pró-Reitoria que efetivam as ações e as homologam, mesmo aquelas advindas da Sugrad.

Pelo exposto, os trâmites relacionados ao estágio supervisionado têm se destacado, já que a homologação ocorre por intermédio da assinatura dos convênios ou TCE de modo físico e não digital como o restante dos procedimentos. Desta forma, a centralização tem prejudicado a qualidade dos serviços prestados e causado excessiva morosidade, em decorrência do tempo de deslocamento e da demasiada burocracia.

Neste contexto, a pergunta que orienta essa pesquisa é: Como a criação e implementação da Coordenação Geral de Estágio poderia melhorar a realidade dos procedimentos relacionados ao estágio supervisionado do CCENS?

1.4 OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo geral diagnosticar como ocorrem os procedimentos relacionados ao estágio supervisionado no Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde e propor a criação da Coordenação Geral de Estágio.

Antes de alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos descritos abaixo também foram atingidos:

- Conhecer e analisar as atividades administrativas relativas à elaboração e homologação dos TCEs dos alunos do CCENS;
- Compreender as ações acadêmicas relacionadas a concepção dos termos de compromisso dos acadêmicos do CCENS;
- Analisar como ocorrerem os procedimentos para a formalização dos convênios para a realização do estágio supervisionado no CCENS;
- Compreender como ocorrem os estágios supervisionados dos cursos do CCENS, de acordo com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) / Regulamentos e Normas de Estágio;
- Analisar e mapear os locais de realização de estágios dos cursos do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019;

1.5 PRODUTO TÉCNICO OBTIDO

Obteve-se como produto técnico desta dissertação o relatório técnico conclusivo: Análise das Atividades Relacionadas ao Estágio Supervisionado e o anteprojeto: Proposta de Criação da Coordenação Geral de Estágio do CCENS/Ufes.

Deste modo, o relatório técnico conclusivo irá possibilitar aos gestores do CCENS perceber a importância dos estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório para os cursos do Centro, além de permitir compreender as atividades administrativas e acadêmicas e ainda as oportunidades que os discentes têm ao estagiar. E o anteprojeto possibilitará a descentralização através a proposta de criação da Coordenação Geral de Estágio, um setor que gerenciará todas as atividades administrativas relacionadas ao estágio do CCENS e auxiliará as ações acadêmicas.

Portanto, o produto técnico desta dissertação contribuirá para que as atividades acadêmicas e administrativas aconteçam de maneira mais eficientes e eficazes; uma vez que, as ações irão acontecer no próprio Centro e os servidores do setor terão como se dedicar melhor a esta demanda. Deste modo, a burocracia imposta e o tempo no andamento dos procedimentos serão menores.

Além do mais, o produto técnico segue a Linha 2 de pesquisa – Tecnologia, inovação e operações no setor público, e está inserido no Projeto estruturante 4 – Transformação e inovação organizacional, quando se analisa a aderência recomendada pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública.

1.6 DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal do Espírito Santo é uma autarquia com sede na Capital do Estado do Espírito Santo, município de Vitória; possui o princípio de indivisibilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (UFES, 2002a). E tem o propósito de: despertar a formação cultural, o raciocínio analítico e a consciência reflexiva; graduar pessoas nos vários campos do saber, capazes para o trabalho e para o desenvolvimento social; estimular a pesquisa e o estudo científico, proporcionando a evolução do indivíduo e do ambiente; impulsionar a disseminação das informações culturais e científicas, através do ensino; instigar a vontade do ser humano de continuar se desenvolvendo e melhorando sempre; favorecer a extensão juntamente com a comunidade, buscando expandir os benefícios oriundos dos estudos científicos e tecnológicos alcançados (UFES, 2007).

De acordo com seu Regimento Geral, a Ufes possui uma estrutura administrativa vertical, na qual a Administração Superior é composta de três órgãos colegiados: o Conselho Universitário (Cun), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), e o Conselho de Curadores (CCUR); e um órgão executivo: a Reitoria (UFES, 2002b). Também dispõe, na sua estrutura, as Pró-Reitorias de: Graduação; Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão; Assuntos Estudantis e Cidadania; Gestão de Pessoas; Planejamento e Desenvolvimento Institucional; e Administração (UFES, 2019a).

Possui a Administração dos Centros (11), que está subordinada à Reitoria. E cada Centro dispõe de um Conselho Departamental, uma Direção de Centro, uma Secretaria de Centro, com suas Seções e vários Departamentos (UFES, 2002b).

Pelo exposto, é possível perceber que a universidade possui uma estrutura muito complexa, burocrática e com centralização vertical, que acaba prejudicando a

eficiência organizacional. O foco deste estudo não é fazer uma análise de toda a organização administrativa da Ufes, uma vez que demandaria alguns anos para garantir uma análise profunda de diagnóstico de todas as inconsistências e dificuldade de execução das demandas.

Assim, o foco deste estudo está relacionado às atividades de estágio no CCENS, que também são uma parte deste sistema e que são diretamente prejudicadas pela centralização e excesso de burocracia, principalmente pela distância física entre o Centro e sede em Vitória.

Para tanto, a pesquisa se justifica pelo fato de ocorrer um levantamento da realidade vigente no CCENS com relação às atividades de estágio supervisionado e com isso proporcionar dados para subsidiar a criação da Coordenação Geral de Estágio, que seria um setor vinculado diretamente ao Centro, promovendo descentralização e menor burocracia.

2 APORTE TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÕES

A Teoria Clássica da Administração interpreta a organização como se fosse produto da interação entre indivíduo e estrutura, em que a estrutura limita o indivíduo, controlando-o (BERGUE, 2010). Assim, a organização é uma estrutura com uma linha de comando, na qual a posição da pessoa dentro da organização é que determina quem é subordinado a quem e cada pessoa deve se reportar a um só superior (CHIAVENATO, 2000).

Além disso, existe a burocracia imposta segundo o princípio da hierarquia, em que nenhum cargo fica sem controle e supervisão e o poder é resultado da posição inerente à função (CHIAVENATO, 2000). Por outro ângulo, Komatsu (2012) considera que para existir uma organização é necessário que existam pessoas, recursos, um conjunto de atividades orientadas para elaboração de serviços ou produtos, leis ou regulamentos, sistemas e tecnologia aplicada para que os objetivos sejam alcançados.

Maximiano (2011) analisa a organização como um grupo social determinado para realização de algum objetivo, com a finalidade de oferecer produtos ou serviços para clientes, usuários ou mercado. Constata ainda o autor, que a organização pode ser classificada de muitas maneiras e classifica-a segundo o setor da economia em que atua, então podem ser: governo, empresas e organizações do terceiro setor.

Por este ângulo, o governo é o tipo de instituição que presta serviço aos cidadãos, administra o Estado, ordena a vida das pessoas por meio das leis, que tem a função de: arrecadar impostos, defender, educar e garantir segurança (MAXIMIANO, 2011). Sendo assim, o governo burocratiza a vida dos indivíduos através das normas e regulamentos e também, de acordo com Chiavenato (2000), concede às pessoas investidas de autoridade um poder de coação sobre os subordinados e os canais coercitivos capazes de impor disciplina.

Entretanto, sob uma perspectiva simbólico-interpretativa, a organização não pode ser considerada de modo separado do ambiente e não é “apenas” resultado de um sistema de regras e tarefas organizadas, existe uma relação de valores

organizacionais que advém da conduta das pessoas, de princípios pessoais que integram e tornam cada organização singular (BERGUE, 2010).

Ademais, todos os grupos criam normas internas, que são modelos aceitáveis de conduta, e que influenciam como cada indivíduo deve se comportar dentro da organização (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010). Posto isso, no governo/administração pública não é diferente.

2.1.1 Administração Pública

A Administração Pública é uma união de órgãos, de funcionários e de procedimentos utilizados pelo Estado, para exercer atividade econômica e as ações são desenvolvidas em nome do povo e da sociedade (COSTIN, 2010). E tem o propósito de satisfazer as necessidades coletivas básicas, oferecer aos cidadãos serviços públicos que melhorem a qualidade da vida em geral e representa “o aparelhamento do Estado e funciona como o instrumento do governo para planejar, organizar, dirigir e controlar todas as ações administrativas” (CHIAVENATO, 2012, p. 97).

De acordo com Bianco, Souza e Reis (2014), a Administração Pública Brasileira é constituída pela União, Estados Membros e Municípios, e possui alto custo de funcionamento, prejudicando a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços públicos. Nesta perspectiva, a Administração Pública Burocrática, que surgiu na segunda metade do século XIX, possui os princípios patrimonialistas, clientelistas e nepotistas, com padrões hierárquicos rígidos e ineficientes, orientada para si própria e para o controle interno (BRASIL, 1995).

Segundo Chiavenato (2012, p. 107) “o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica, que é de servir à sociedade”. Por conta desta questão, O Estado do Bem-Estar Social implantado no Brasil não preservava os direitos sociais e civis, e o nepotismo e o desvio das verbas públicas se uniram à burocracia privilegiando ainda mais a classe capitalista emergente (PEREIRA, 2006). Aliado a isto, é notável entender que o Estado Social é uma forma de atuação positiva do governo, que passa a reconhecer as desigualdades sociais no contexto das relações privadas, buscando com isso preservar o homem do próprio homem e tem o objetivo de viabilizar maior igualdade econômica entre os cidadãos (COSTIN, 2010).

Outro aspecto importante a se ressaltar é que a burocracia descreve nos mínimos detalhes como as coisas devem ser feitas, tornando as relações impessoais, em razão de as pessoas passarem a ser consideradas segundo os cargos e as funções que ocupam, racionalizando as tarefas, gerando uniformidade e passando a desconsiderar as características informais da organização (CHIAVENATO, 2000). Portanto, é necessário reorganizar a máquina estatal, com destaque para a qualidade e produtividade do serviço público, liberação comercial e também uma progressiva descentralização vertical para estados e municípios, das funções executivas da prestação de serviços sociais e de infraestrutura (BRASIL, 1995).

Conseqüentemente, de acordo com Chiavenato (2012), houve diversas tentativas de desburocratizar e dar início ao modelo gerencial instituído no Brasil, entre as quais podemos destacar a criação:

- do Comitê de Simplificação da Burocracia (Cosb);
- da Secretaria de Modernização da Reforma Administrativa (Semor);
- do Programa Nacional de Desburocratização (PND);
- do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRA) de 1995.

Desta maneira, a administração pública gerencial passou a voltar-se para o cidadão e para o alcance de resultados; partiu da suposição de que os políticos e funcionários públicos eram dignos de certo grau de confiança; utilizou como estratégia a descentralização, a delegação de autoridade, o estimulando à inovação e o contrato de gestão, não se baseando em procedimentos rígidos (PEREIRA, 2006).

O Estado passou a aprimorar a gestão pública para atingir a eficiência e a eficácia da administração e para atender de modo satisfatório às demandas existentes com os recursos financeiros disponíveis (BIANCO; SOUZA; REIS, 2014).

Deste modo, foi iniciada uma reforma administrativa que passou a ocorrer a transformação do papel do Estado de executor ou prestador direto de serviços para regulador, e, com isso, foram transferidas para o setor privado as atividades, mantendo o papel de regulador (BRASIL, 1995).

Entretanto, é relevante expor que, de acordo com o PDRA, em 1995 a administração pública gerencial não era um total rompimento com a administração pública

burocrática, ela estava apoiada nesta, conservando-se alguns princípios como: “[...] admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático” (BRASIL, 1995, p. 16).

A administração pública gerencial deslocou a ênfase para os resultados (fins) e para o benefício público, que não pode ser confundido com vantagens do aparato do Estado e sim interesse da coletividade, portanto passou a enxergar o cidadão como cliente dos seus serviços (CHIAVENATO, 2012).

Outro aspecto a se considerar é tornar a administração pública mais eficiente e eficaz, desencadeando boas sensações aos cidadãos e que se mantenha em sintonia com os ideais do país (ANANIAS, 2010). Por conta desta questão é interessante compreender que eficiência se preocupa com os meios do processo, com a melhor maneira de empregar os recursos (pessoas, matéria prima e máquina), é uma relação técnica entre custo e benefício, esforço e resultado e fazer corretamente as coisas (CHIAVENATO, 2000). Já a eficácia se preocupa com os fins, com o grau de efetivação dos objetivos, com a capacidade de resolver problemas e obter resultados (MAXIMIANO, 2011).

O desafio do paradigma gerencial é a clara definição dos objetivos, a mudança na estrutura organizacional, adoção de valores e de comportamentos modernos no interior do Estado (CHIAVENATO, 2012). Além disso, também ocorreu uma reestruturação de departamentos, treinamento de funcionários, parceria com entidades da sociedade civil, sistema de gestão, e o controle passou a se vincular aos resultados, não aos procedimentos como anteriormente (COSTIN, 2010).

No plano da estrutura organizacional ocorreu a descentralização, que é um procedimento de delegação de poder dos níveis centrais para os periféricos, ou ainda pode ser considerado um procedimento para reduzir a máquina estatal tornando-a mais rápida e eficaz (KOMATSU, 2012). Outro aspecto, é que a descentralização possibilita uma relativa liberdade, independência e reduz os atrasos na tomada de decisões, também proporciona grande chance para empregar a mudança e a inovação (CHIAVENATO, 2000).

2.1.2 Descentralização

Com o surgimento da globalização, a partir do desenvolvimento das novas tecnologias, as instituições passam a ter que adotar procedimentos para que as decisões sejam tomadas de modo mais preciso e ágil (CHIAVENATO, 2000). Conseqüentemente, a descentralização deve acontecer, já que o poder deixa de ficar concentrado no topo da hierarquia de comando e passa a ficar distribuído, possibilitando a delegação de autoridade, portanto as pessoas de um cargo específico passam a receber atribuições de outros cargos, podendo ocorrer com apenas uma tarefa ou várias (MAXIMIANO, 2011).

Para Chiavenato (2012, p. 453), “Compete a estrutura central de direção o estabelecimento das normas, critérios, programas e princípios”, possibilitando que a tomada de decisão envolva as pessoas mais próximas da situação e melhor utilização de recursos humanos, pois os envolvidos passam a ter maior autonomia e liberdade.

De acordo com Jones (2010), ocorre uma maior versatilidade quando os cargos de níveis mais baixos passam a decidir, entretanto as pessoas de nível mais geral começam a assumir responsabilidades e correm o risco de se transformarem em pessoas bem-sucedidas ou não; também, podem demonstrar sua capacidade e habilidades. Cabe observar ainda, que as pessoas passam a se sentir mais próximas das deliberações que afetam sua vida profissional, deixando de executar apenas comandos (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010).

Vale a pena ressaltar que, para Chiavenato (2000), a delegação de autoridade é a palavra-chave, em razão da organização se comportar como uma estrutura viva, que necessita se desenvolver, ajustar e crescer.

Por outro lado, a centralização faz com que os gerentes de grau mais baixo passem a ter receio de realizar coisas novas, sempre buscando orientação e supervisão, prejudicando a possibilidade de inovação e fazendo com que as decisões se tornem lentas e uniformes (JONES, 2010).

A descentralização permite que a alta administração não fique sobrecarregada com situações simples do dia a dia, com isso é possível que se concentre no planejamento estratégico de longo prazo (MAXIMIANO, 2011).

A descentralização é um dos princípios fundamentais da Administração Pública, impostos pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que orienta que as práticas de execução e os serviços meramente administrativos precisam estar longe dos dirigentes centrais, para que estes se dediquem aos afazeres vinculados ao planejamento, organização, fiscalização e coordenação (CHIAVENATO, 2012).

Nesta conjuntura, o PDRA proporcionou a descentralização, em razão de algumas funções do Estado terem sido modificadas e transferidas para as federações e os municípios. Em outras palavras, a descentralização vertical ocorreu a partir do momento em que os municípios começaram a executar serviços de infraestrutura para a população local e no âmbito estadual quando passou a executar serviços sociais, diminuindo as desigualdades regionais de cada ente da federação (KOMATSU, 2012).

Aliado a isto, descentralização ocorre quando se transfere responsabilidade do Estado para a iniciativa privada através de concessões ou privatizações; ou ainda, quando as autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista (administração indireta) recebem atribuições da administração direta para administrar políticas sociais; por outro lado, também pode estar relacionada com a transferência de funções de órgão centrais para agências mais independentes (BINOTTO et al., 2010).

A descentralização da administração pública permite reorganizar o Estado, modificando para uma estrutura mais ativa e eficiente; oportunizando o dinamismo operacional; otimizando e desburocratizando os procedimentos administrativos e permitindo maior atuação da população (KOMATSU, 2012).

2.2 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

No Brasil Colonial as Instituições de Ensino Superior, os colégios e as universidades eram destinados apenas para algumas pessoas, uma vez que as diferenças da sociedade definiam o quadro organizacional (PAIVA, 2010).

No Período Imperial a visão começa a ser alterada, pois inicia uma grande discussão a respeito da necessidade de escolarizar os habitantes das camadas inferiores da sociedade e diversas leis provinciais que tornam obrigatória a necessidade da integração de pessoas livres na escola (FARIA, 2010). O autor destaca ainda que o

Estado neste período começou a estabelecer e a organizar escolas de primeiras letras para o povo e a elite permanecia frequentando o ensino secundário e superior.

Importante mencionar que em 11 de abril de 1931, ocorreu a promulgação do Decreto nº 19.851, denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras, estabelecendo padrões de organização para as IES e centralizando a política administrativa das universidades na figura do Ministério da Educação e Saúde Pública, que se tornou responsável por aprovar o estatuto. Destarte, ficou instituído que a administração central de cada universidade seria composta por conselho universitário e reitor (BRASIL, 1931).

Conforme observam Robbins, Judge e Sobral (2010, p. 475) “o termo centralização se refere ao grau em que o processo decisório está concentrado em um único ponto da organização”. Deste modo, a conduta administrativa das Instituições de Ensino estava reunida nas decisões do conselho universitário e do reitor, com anuência do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Além do mais, muitas instituições de ensino que eram custeadas pelos governos estaduais e por particulares passaram por um processo de “federalização”, ampliando o número de vagas do ensino superior gratuito e dando origem a maior parte das universidades federais existentes atualmente (CUNHA, 2010).

2.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determina que a “educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas” (BRASIL, 1996, p.16). E no inciso I do artigo 43 estabelece que a finalidade da educação superior é: “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira” (BRASIL, 1996, p. 21).

A Constituição Federal (CF) de 1988 cita no artigo 208, inciso V, que é dever do Estado: “[...] acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um [...]” e com isso efetiva o direito ao ensino superior público (BRASIL, 1988). Entretanto, no artigo 213, que aborda os recursos públicos da educação superior, a situação é alterada, uma vez que “As atividades de

pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público” (BRASIL, 1988, p. 112). Conseqüentemente, este parágrafo do texto constitucional retira a garantia de apoio financeiro, tornando-o uma possibilidade.

Aliado a isto, mesmo sem a garantia constitucional de auxílio pecuniário, as Instituições de Ensino Superior Públicas (Iesp) produzem inovações, elaborando em torno de 90% da pesquisa científica do País e colaboram para tornar mais ágeis, eficientes e melhorar as organizações privadas (VIEIRA; VIEIRA, 2003). Conseqüentemente, “a universidade na atualidade é chamada a ser lugar de formação de um cidadão protagonista, autêntico, crítico e reflexivo sobre a realidade em que vive” (MOREIRA; MOREIRA; SOARES, 2018, p. 147).

O contexto universitário está apresentando uma série de dificuldades. Bandeira (2000) destaca que a evasão dos discentes, os docentes subutilizados, a falta de qualificação e atualização pedagógica dos professores, acarreta diferenças muito grandes na qualidade dos cursos. Entretanto, para Vieira e Vieira (2004) o que tem acontecido tem causado perda na excelência acadêmica; uma vez que o excesso de burocracia tem impossibilitado o desenvolvimento da pesquisa de qualidade, dificultando o desenvolvimento científico e tecnológico da instituição, gerando inadequação nas grades curriculares e na qualidade do egresso; fazendo com que os estudantes passem a custar mais para a instituição, em virtude da retenção.

Por conta de todos os pontos levantados, tornou-se necessária uma modernização estrutural nas universidades públicas, dentro do novo olhar da administração da educação, que ressalta o fortalecimento integrado de todos os procedimentos de uma mesma área do conhecimento em uma só unidade, com a absorção e transferência de competências, gerando unidades integradas subordinando-se diretamente à Reitoria, e com a atuação de toda comunidade universitária (PÔRTO; LÖBLER, 2007).

Nesse ponto de vista, seria interessante adequar a estrutura da universidade de modo mais simplificado: com uma perspectiva estratégica; com setores de apoio e do núcleo interagindo e colaborando de modo horizontal; com uma gestão voltada para novos valores; com planejamento curricular em formato aberto e menor número de pré-

requisitos; e com diálogo com a comunidade, efetivando a extensão (VIEIRA; VIEIRA, 2004).

Além disso, o ambiente externo no qual a organização está inserida deve ser considerado, já que a sociedade está passando por rápidas e sucessivas transformações, sendo indispensáveis ágeis atualizações para acompanhá-las; assim as universidades públicas devem ser vistas como instituições flexíveis, que caminham junto com as tendências tecnológicas e sociais, com alto padrão de qualidade e aprimoramento, em contrapartida têm sofrido contínuo corte de verbas (BANDEIRA, 2000).

Para finalizar, é interessante recapitular a Teoria Clássica da Administração, a qual compreende as organizações como uma ferramenta em que os indivíduos empregam para coordenar suas atitudes e alcançar objetivos desejados, ou seja, um espaço onde se satisfaz as necessidades humanas (JONES, 2010). Destarte, as organizações, segundo a autora, possuem uma estrutura organizacional que muda para atingir os propósitos esperados e para aumentar a eficácia institucional. Sendo assim, as IESP são organizações.

2.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

A Universidade Federal do Espírito Santo é uma universidade pública federal brasileira, fundada em 5 de maio de 1954, pela Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961, vinculada ao Ministério da Educação (UFES, 2002a). Surgiu a partir de colégios e faculdades isoladas na cidade de Vitória e no ano de 1977 integrou ainda a Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo, no município de Alegre (UFES, 2007). No ano de 2006 a Ufes foi ampliada para o Norte do Estado, na localidade de São Mateus (UFES, 2019b).

Segundo o Regimento Geral da Ufes os Centros Universitários são subordinados à Reitoria e são unidades de ensino, pesquisa e extensão nas suas respectivas áreas de conhecimento. Desta maneira, a Ufes constitui-se das seguintes unidades: Centro de Artes (CAR), Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAEE), Centro de Ciências Exatas (CCE), Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS), Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Educação (CE),

Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), Centro Tecnológico (CT) e Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) (UFES, 2002a).

A Universidade possui a sede administrativa central (Reitoria) localizada na cidade de Vitória, mais precisamente no *Campus* de Goiabeiras; possui no Sul do Estado, na cidade de Alegre, dois centros, o CCAE e o CCENS; no Norte, no município de São Mateus, o CEUNES; e os demais Centros estão localizados na Capital do Espírito Santo, distribuídos entre Goiabeiras e Maruípe. Consequentemente, proporciona o ensino, a pesquisa e a extensão para todo o Estado do Espírito Santo e estados próximos (BORGGO, 2014).

A Ufes disponibiliza 103 cursos de graduação presencial, totalizando 5.004 vagas por ano, com 19.997 estudantes matriculados; 47 cursos de mestrado acadêmico, nove de mestrado profissional e 26 de doutorado; com um total de 3.174 discentes frequentando os cursos de pós-graduação; e possui aproximadamente 1.120 projetos sendo realizados nas cidades do Estado (UFES, 2020b).

Existe uma proposta de Novo Estatuto na Universidade, o qual tem o objetivo de instituir uma nova organização *multicampi*, sendo considerado *campus*, de acordo com o art. 9º, “cada unidade regional, que congregue um ou mais Centros de Ensino, com estrutura administrativa onde são desenvolvidas suas atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão”; ademais, o novo formato possibilitaria uma maior integração das áreas afins, uma maior cooperação entre as unidades (Reitoria, órgãos suplementares e centros) e uma melhor adequação de responsabilidades, através da descentralização (UFES, 2020c, p. 3).

2.4.1 Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde

Os Centros localizados no Sul do Estado são oriundos da antiga Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo (ESAES) que começou a funcionar em 1971. O Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio do Decreto Estadual 752-N, de 4 de dezembro de 1975, devido aos problemas financeiros enfrentados para administração, manutenção e ampliação, federalizou a Instituição e a ESAES passou a pertencer a Ufes e a se chamar Centro Agropecuário da Universidade Federal do Espírito Santo (CAUFES) (UFES, 2019c).

Todavia, foram incorporados à Ufes um espaço de 53.102,50 m² na cidade de Alegre, uma área experimental de 873.88,75 m², distante 7 km da sede em Alegre e em São José de Calçado uma área de 1.443.800 m², foi construída a Fazenda-Escola (BORG, 2014).

Posteriormente, por meio da Resolução nº 31/2000, o CAUFES passou a ser denominado Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, 2000).

O CCA ofertava os cursos de Agronomia, Ciências Biológicas (Bacharelado), Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Engenharia Industrial Madeireira, Geologia, Medicina Veterinária, Nutrição e Zootecnia, quando a Ufes aderiu ao REUNI, em 2006 (UFES, 2019c).

O Decreto nº 6.096/2007 orientou e estabeleceu o REUNI e teve o objetivo de aumentar e interiorizar o ingresso na educação superior; conseqüentemente, ampliou o número de vagas a partir da criação de novas instituições ou com a reestruturação das já existentes e estabeleceu circunstâncias para que as universidades federais tivessem condições para desfrutar melhor os espaços físicos e recursos humanos já existentes. Neste contexto, foi expandido o total de vagas e abertos cursos noturnos, com intuito de aumentar a quantidade de discentes por professor, minimizando o custo por estudante e também buscando reduzir o abandono escolar, flexibilizar os currículos e melhorar a qualidade do ensino (BRASIL, 2007).

Desta maneira, a Ufes instituiu a Resolução nº 38/2007 que aprovou o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal do Espírito Santo, adotando o REUNI e expandindo o ensino da graduação e pós-graduação. Sendo assim, na súmula do plano:

O total de vagas ofertado no vestibular passará de 3.175 (três mil, cento e setenta e cinco) em 2006, para 4.930 (quatro mil, novecentos e trinta) em 2012, um aumento de 55,3% (cinquenta e cinco vírgula três por cento). O número de cursos no turno noturno passará de 09 (nove) em 2006, para 22 (vinte e dois) em 2012, sendo que o número de vagas ofertadas no turno noturno passará de 430 (quatrocentos e trinta) para 1.330 (um mil, trezentos e trinta), um aumento de 209,3% (duzentos e nove vírgula três por cento). (UFES, 2007, p. 4).

A Instituição aderiu ao REUNI e ocorreu a ampliação da interiorização. Uma vez que, embora já existissem os Centros localizados nos municípios de Alegre e São Mateus,

foram ofertados mais oito cursos de graduação no então CCA: Ciência da Computação, Ciências Biológicas (licenciatura), Engenharia Química, Farmácia, Física (licenciatura), Matemática (licenciatura), Química (licenciatura) e Sistemas de Informação, totalizando com isso dezessete cursos neste município (UFES, 2007).

Com a expansão que ocorreu após o REUNI uma nova realidade foi implantada no CCA e com isso existiu a necessidade de aumentar de forma expressiva o espaço físico e o número de servidores. Então, devido à diversidade e a particularidades dos cursos existentes, ocorreu a aprovação da Resolução nº 44, do CUn, que permitiu o desmembramento do CCA em dois novos centros de ensino, de acordo com as áreas afins do conhecimento: o Centro de Ciências Agrárias e Engenharias e o Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (UFES, 2015).

Após a divisão do CCA, ficou pertencendo ao CCENS 10 cursos de graduação: Ciência da Computação, Ciências Biológicas (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Farmácia, Física (licenciatura), Geologia, Matemática (licenciatura), Nutrição, Química (licenciatura), e Sistemas de Informação e cursos dois de mestrado: Agroquímica e Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (UFES, 2019c).

De acordo com o organograma instituído, o Centro instalado em 2015, após a Resolução, compõe-se de uma Direção de Centro, com uma Seção de Apoio Acadêmico, e, seis chefes de departamento (de Biologia, de Química e Física, de Computação, de Farmácia e Nutrição, de Geologia, e de Matemática Pura e Aplicada) e a Secretária Unificada de Departamentos (SUD). E paralelamente, na estrutura da Secretaria do Centro estão ligadas as Coordenações dos Cursos de: Ciência da Computação, Ciências Biológicas (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Farmácia, Física (licenciatura), Geologia, Matemática (licenciatura), Nutrição, Química (licenciatura) e Sistemas de Informação (UFES, 2015).

2.5 CONCEPÇÃO DO ESTÁGIO

O estágio supervisionado é o momento de articulação entre a teoria e a prática, que contribui para a construção da aprendizagem do aluno (OLIVEIRA, 2009). Conseqüentemente, é considerado o “[...] locus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação

vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativo e sistematicamente com essa finalidade [...]” (BURIOLLA, 1999, p. 13).

Segundo Pimenta e Lima (2005/2006), a execução da atividade profissional é prática, pois a finalidade é a ação baseada na observação, na repetição e até reelaboração de modelos que foram eleitos como bons; ou seja, a ação é selecionada e ajustada de acordo com a realidade. Ademais, para os autores, a prática profissional também é baseada nas habilidades técnicas e específicas de cada profissão. Portanto, depara-se com a cooperação entre teoria e prática que muitas das vezes é analisada de forma distinta.

Nesta perspectiva, a aprendizagem é muito mais eficaz quando é alcançada por intermédio da ação, por isso o estagiário geralmente recorda os conceitos vivenciados na sala de aula no decorrer do estágio e é um momento único e essencial para o sucesso do futuro profissional (SCALABRIN; MOLINARI, 2013).

Para Pimentel et al. (2015, p. 5), durante a realização do estágio deve-se prezar pelo trabalho em equipe; pela assimilação entre as disciplinas e a ação prática; e pelas interações entre os docentes, os estudantes e os profissionais, proporcionando uma abundante transferência de conhecimento. Sendo assim, de acordo com os autores, os campos de estágio são “espaços de cidadania, onde profissionais do serviço e docentes, usuários e o próprio estudante vão estabelecendo seus papéis sociais na confluência de seus saberes, modos de ser e de ver o mundo”.

Desta forma, as universidades, no decorrer do século XX, tornaram-se encarregadas pela preparação dos jovens para a entrada no mercado de trabalho, para tanto, o estágio tornou-se um componente importante do aperfeiçoamento da formação profissional; e, como resultado, as instituições acadêmicas passaram a elaborar um plano de atividades, no qual existe um professor responsável pela confecção e planejamento das ações dos alunos, que mais tarde conduz, acompanha e avalia o desenvolvimento das tarefas (OLIVEIRA, 2009).

Pimenta e Lima (2005/2006, p. 13) lembram que cada profissão possui procedimentos, ferramentas e competências específicas; nesta perspectiva é necessário deixar de pensar na profissão apenas de modo automático, com rotinas estabelecidas, é importante dominar o saber científico. Assim, eles veem o estágio

como “caminhar para a reflexão, a partir da realidade”, sempre inserido em um tempo, no espaço e através da compreensão concreta da realidade.

Mais do que isso, o estágio supervisionado possui grande importância e relevância no desenvolvimento dos acadêmicos, é nesta época que a pessoa se enxerga ou não como profissional, se reconhece ou não na profissão escolhida (SCALABRIN; MOLINARI, 2013). Para finalizar, esta prática possibilita que alguns acadêmicos alterem o ramo ou mudem a direção da carreira, migrando para a área acadêmica, para o setor público ou até comecem a se preparar para iniciar um negócio próprio (OLIVEIRA, 2009).

2.5.1 Principais Regulamentações do Estágio

A primeira legislação brasileira que fala sobre o estágio é a Portaria nº 1.002, de 29 de setembro de 1967, que apresenta em seu artigo 1º: “Fica instituída nas empresas a categoria de estagiário a ser integrada por alunos oriundos das Faculdades ou Escolas Técnicas de nível colegial” (BRASIL, 1967, p. 1). Deste modo, surge a figura do estagiário, pois anteriormente as atividades de estágio ficavam a critério da Instituição de Ensino.

A Lei nº 6.494, 7 de dezembro de 1977, que regulamenta o estágio não obrigatório pela primeira vez, estabelece que a prática só pode acontecer em espaços que tenham condições de certificar que as ações estão de acordo com a formação do estagiário. Também define a obrigatoriedade de matrícula em instituição de ensino superior e deixa claro que os estágios devem ocasionar aperfeiçoamento do ensino, complementando com ações planejadas e supervisionadas e de acordo com os projetos pedagógicos (BRASIL, 1977).

De maneira geral, a lei aponta que a jornada de estágio deve estar em conformidade com o horário escolar, não prejudicando a parte acadêmica do aluno, não gerando nenhuma forma de obrigação trabalhista e também impõe que o estagiário deva estar assegurado contra acidentes pessoais. Entretanto, é possível que o acadêmico receba alguma ajuda para custear despesas com o transporte, a alimentação ou até mesmo como reconhecimento da sua colaboração no decorrer do estágio (BRASIL, 1977).

Ademais, a Lei nº 6.494 foi regulamentada pelo Decreto-lei nº 87.497, 18 de agosto de 1982 que determina a necessidade de celebração do termo de compromisso entre o aluno e a empresa, com a intermediação da entidade educacional, no qual deverão constar todas as situações para a realização do estágio, até mesmo a concessão da bolsa. Nesta postura, no artigo segundo, reforça que durante os estágios devem ocorrer ações:

[...] de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado (BRASIL, 1982, p. 1).

Portanto, a função do estágio é complementar o ensino teórico por meio da prática e colaborar com a comunidade e organizações em que atua o acadêmico.

Paralelamente, as universidades passaram a ter que estruturar, administrar e se responsabilizar pelos procedimentos, inserindo os estágios na estrutura curricular dos cursos, proporcionando a orientação, o acompanhamento e a avaliação das ações didático-pedagógicas, que podem ocorrer em instituições públicas ou privadas (BRASIL, 1982). O Decreto-lei nº 87.497/1982 ainda permite a atuação dos agentes de integração, que podem ser organizações públicas ou privadas que possuem as funções de reconhecer as oportunidades de estágio para as universidades, cadastrando os discentes, os locais e as vagas.

Outro marco importante foi a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece de forma ampla a relação entre teoria e prática. Portanto, o estudante deve realizar tarefas que contribuam para experiência profissional, social e cultural; proporcionando um ganho intelectual, comportamental e colaborando para o seu aperfeiçoamento científico (BRASIL, 1996).

Ainda dentro desse contexto, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, ficou conhecida como Nova Lei do Estágio, e trouxe uma série de alterações se comparada a anterior, frisando que o estudante não deve ser confundido com trabalhador. Uma vez que as atividades realizadas no estágio buscam capacitar, de acordo com as diretrizes curriculares, modalidade e área de ensino, o discente deve estar matriculado e frequentando o ensino regular, e as atividades realizadas devem ser compatíveis com as ações recomendadas no termo de compromisso (BRASIL, 2008).

Ocorreram duas grandes alterações nesse novo normativo em comparação à legislação anterior: a instituição de ensino passou a ter que inserir o estágio no projeto pedagógico do curso e acompanhá-lo; e o estagiário a possuir matrícula, frequência regular e TCE, passando com isso a realizar atividades voltadas às áreas de formação.

A Lei nº 11.788/2008 é atualmente a lei federal que orienta e direciona as atividades relacionadas ao estágio de todas as áreas do ensino; logo, serão analisados alguns pontos tratados por ela (BRASIL, 2008), conforme os tópicos abaixo:

- as instituições de ensino devem efetuar a celebração de TCE entre as partes envolvidas e cuidar para a efetivação deste; analisar as instalações da parte concedente; designar um professor orientador; realizar avaliação periódica não superior a seis meses, com relatório das atividades; informar a organização que recebe o estagiário quando inicia o semestre letivo e o período de provas; e preparar normas complementares. Entretanto, ainda podem optar por realizar ou não um convênio com a empresa concedente, no entanto, ainda assim, os TCEs devem ser firmados;
- as empresas que concedem estágio podem ser públicas, privadas e até profissionais liberais de nível superior com registro nos seus respectivos conselhos, e tem as seguintes obrigações: assinar os TCEs, garantir sua efetivação e mantê-lo a mão para a fiscalização; disponibilizar acomodações e equipamentos adequados para a execução das atividades propostas; designar um profissional capacitado na mesma área do conhecimento que o acadêmico, para orientá-lo; encaminhar à universidade o relatório de atividades, no período mínimo de seis meses e, no caso de rescisão do estágio, entregar o relatório com a nota, o período de execução e as ações realizadas;
- estágios obrigatórios consistem na modalidade para a obtenção de diploma, e são definidos no projeto pedagógico do curso e, nesse caso, o seguro contra acidentes pessoais é custeado pela instituição de ensino superior;
- estágio não-obrigatório é realizado como atividade opcional e o seguro é financiado pela pessoa/empresa que recebe o estagiário;
- o tempo de realização do estágio deve ser de acordo com a disponibilidade do aluno, da organização concedente e de ensino; não podendo exceder seis

horas diárias e 30 horas semanais, na etapa da graduação que ocorrer concomitante disciplinas teóricas e práticas; quando mencionado no currículo do curso e não estiverem previstas atividades presenciais é possível a realização de até 40 horas por semana e o prazo não será superior a dois anos, salvo para pessoas com deficiência.

2.5.2 Resolução nº 74/2010 do Cepe

No dia 14 de dezembro de 2010 entrou em vigor a Resolução nº 74/2010 que regulamenta as atividades relacionadas aos estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório de quase todos os cursos de graduação da Ufes, com exceção das licenciaturas realizadas no *Campus* de Goiabeiras. Portanto, todos os cursos do CCENS são orientados por intermédio desta regulamentação.

Sendo assim, todo estágio deve possuir: um discente frequentando a graduação e matriculado pelo menos em uma disciplina; um professor orientador da Universidade; uma instituição que tenha um campo de estágio com condições de receber o aluno e com um profissional supervisor na área específica ou áreas afins do curso; um plano de estágio elaborado pelo acadêmico, supervisor e orientador, com a descrição de ações de acordo com o campo de formação.

O estágio curricular é elemento do PPC e pode ocorrer em instituições públicas e/ou privadas, com infraestrutura material e supervisão adequada para tornar a teoria uma ação prática.

Para a realização do estágio curricular obrigatório o aluno deve possuir matrícula na disciplina de estágio e a carga horária é contabilizada para aquisição da titulação, também é a Ufes que arca com os ônus do seguro de vida do acadêmico para esse caso.

Em contrapartida, o estágio curricular não obrigatório é uma atividade opcional, mas prevista no PPC, que possui a necessidade de matrícula e frequência em pelo menos uma disciplina e coeficiente de rendimento superior ou igual ao estipulado pelo Colegiado de Curso; e, neste contexto, existe a obrigatoriedade de a empresa que irá receber o estagiário pagar o seguro contra acidentes pessoais; o auxílio transporte; e alguma espécie de bolsa ou contraprestação.

A Ufes possui as seguintes atribuições: elaborar, planejar e assinar os TCEs de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, juntamente com o discente e a concedente; analisar se o local do estágio é satisfatório; designar um professor para orientar, auxiliar e avaliar as atividades de estágio; requerer ficha de atividades e de avaliação em período não superior a seis meses; criar regulamentação adicional; informar à empresa o período das provas e início do semestre.

Cabe observar ainda que será instituída uma Coordenação de Estágio para conduzir os procedimentos de estágio de modo ordenado, verificando, divulgando e estabelecendo uma relação com o orientador da Ufes; ao mesmo tempo, poderá ser gerada uma Coordenação Geral de Estágio por Centro, com prerrogativas definidas pelo Conselho Departamental e uma Coordenação por Área de Estágio, de acordo com o PPC.

Ademais, a Legislação Interna da Ufes está de acordo com a Lei nº 11.788 que possibilita que para realização do estágio é necessária a celebração de um convênio ou termo de cooperação entre a Universidade e a concedente ou o agente de integração. Entretanto, a ferramenta jurídica deverá ser analisada e aceita pela Prograd e o CUn.

Neste contexto, posterior à publicação do convênio, deve ser elaborado os TCEs, os quais devem possuir: o tipo de estágio; o número de convênio ou do termo de cooperação; identificação da unidade concedente, do estudante e do agente de integração, se for o caso; horário, período e carga horária semanal das atividades; detalhamento das ações realizadas; o número do seguro de vida e acidentes pessoais; a data da entrega do relatório; circunstâncias possíveis para rescisão; valor da contrapartida, quando existir; e assinatura do acadêmico, do supervisor da concedente, do coordenador de estágio, do responsável pela instituição que oferta o estágio ou agente de integração e da Prograd ou representante por ela indicado.

O anexo II da Resolução nº 74/2010 possui o modelo padrão do termo de compromisso que tem uma divergência quanto às assinaturas que devem ser efetuadas, porque não possui o campo para rubrica do supervisor, sendo exigidas as assinaturas do representante da empresa, da coordenação ou professor orientador, do estagiário e da Divisão de Estágio (Setor indicado pela Prograd). De qualquer

forma, o estagiário só pode iniciar suas atividades após a elaboração e legitimação do TCE. A não elaboração do termo caracteriza vínculo profissional, para fins previdenciários e trabalhistas.

Por conta desta questão, foi sistematizado que a Divisão de Estágio fará a conferência do preenchimento dos termos de compromisso e será a última a assiná-los, recolhendo uma das três vias elaboradas (UFES, 2017).

Outro aspecto é que o convênio/termo de cooperação e os TCE podem ser aditivados, via termo aditivo, antes do término da vigência; assim, é possível modificar o tempo de validade do contrato, o local, o horário, a carga horária e até o supervisor.

O estágio pode ser cancelado a pedido do discente, da instituição concedente ou da Ufes, quando justificado; por inobservância de alguma cláusula dos TCEs e falta de assiduidade/frequência, por parte do estagiário; por término ou pausa da graduação; e por reprovação de duas ou mais matérias no caso da realização do estágio não obrigatório.

É importante ressaltar que a partir da Resolução nº 22/2019 do Conselho Universitário (Cun) a Ufes passou por uma reestruturação organizacional, em virtude de adaptações administrativas propostas pelo Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que determina medidas de eficiência organizacional para aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2019).

Sendo assim, algumas unidades foram mantidas, outras alteradas a nomenclatura, outras extintas ou ainda criadas. Portanto, a Divisão de Estágio passou a ser chamada Coordenação de Estágio, mas não ocorreu alteração de hierarquia superior e nem mudanças de atribuições do Setor. E com isso a Resolução que orienta o estágio ainda é a Resolução nº 74/2010 do Cepe que possui a denominação para a unidade como Divisão de Estágio.

2.6 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são instrumentos informatizados para processamento de informações com características espaciais, que ocorre através da análise de dados, oriundos de várias procedências, que originam uma base de informações; e com isso é possível a elaboração de documentos cartográficos e

colher, depositar, recuperar, modificar e visualizar dados georeferenciados (CÂMARA; DAVIS; MONTEIRO, 2001).

Em virtude dos avanços tecnológicos, das mudanças sociais e governamentais do Brasil, a partir da implementação da Nova Administração Pública os SIG passaram a ser utilizados para auxiliar na tomada de decisões (CARVALHO, et al., 2016), pois podem ser utilizados em diversas áreas como apoio para estudos espaciais, já que em um único banco de informações podem conter dados cartográficos, censitário, urbanos e/ou rural, imagens de satélite, redes e referências numéricas de áreas (CÂMARA; DAVIS; MONTEIRO, 2001).

Neste contexto, as universidades públicas estão tentando se adaptar e evoluir as mudanças do ambiente, buscando melhor comunicação entre a área acadêmica e administrativa e com isso passam a utilizar sistemas de informações para sustentar os processos de planejamento e tomada de decisão (BERNARDES; ABREU, 2004).

Nunes, Oliveira e Costa (2018) realizaram uma pesquisa sobre estágio supervisionado na Ufes *Campus* Alegre, utilizando SIG, com objetivo de verificar os municípios e as oportunidades de estágio no Espírito Santo; o estudo indicou a necessidade de prospectar vagas em outros estados e concluiu que um quantitativo mínimo de acadêmicos precisa buscar vagas de estágio em outros estados, já que 77% destes ocorreram no Espírito Santo, no período analisado na referida pesquisa.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica é a primeira etapa de qualquer estudo científico e contribui para o planejamento da pesquisa; pois é a partir dela que se investiga, analisa, verifica e relaciona o assunto com base em trabalhos já realizados e publicados (GONÇALVES et al., 2014).

Paralelamente, ocorreu a pesquisa qualitativa em que foi realizado o contato direto com a realidade em análise, visando compreender os fatos dinâmicos de modo global, assim as informações coletadas passam a ter significado e se localizar dentro do contexto espacial/temporal (NEVES, 1996).

Destarte, a pesquisa qualitativa aconteceu por intermédio do estudo de caso, que possibilita uma análise complexa, significativa e intensa da realidade; e com “a triangulação de informações, dados e evidências garante a confiabilidade e a validade dos achados dos estudos” (MARTINS, 2008, p. 10). Ademais, tem o objetivo de conhecer como e porque determinadas coisas ocorrem, dentro de um ambiente específico, sendo utilizado para estudar fatos que o controle é mínimo ou acontecimentos atuais (NEVES, 1996).

Houve ainda a pesquisa quantitativa, na qual os dados são passíveis de aferição e expressos em números, e possibilitam a relação precisa de um padrão de evento e a realização de projeções para a população analisada (GONÇALVES et al., 2014). De acordo com Silva e Menezes (2001, p. 20), “Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.)”.

Portanto, foi realizada uma pesquisa “mista” (qualiquantitativa), uma vez que as pesquisas se completam e se ajudam; aperfeiçoando o entendimento do fato (GONÇALVES et al., 2014). Aliado a isto, o estudo também possui caráter exploratório, pois proporcionou o conhecimento da situação, tornando-o claro, para elaboração de uma hipótese (SILVA; MENEZES, 2001).

3.2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa bibliográfica ocorreu para dar sustentação aos estudos e foi realizada por meio da análise de artigos publicados em periódicos e em congressos ou simpósios; livros; dissertações; teses e legislação.

Foi feito também um estudo de caso no CCENS, através da observação participativa das atividades realizadas pelos servidores da Sugrad no atendimento aos discentes e docentes.

Posteriormente, foram analisados os PPC e os Regulamentos e Normas de Estágio dos cursos, disponíveis no site da Sugrad e dos cursos do CCENS, visando compreender as especificidades de cada curso com relação aos estágios.

Foi feita uma consulta no Sistema de Informações para o Ensino (SIE), que é um programa que realiza a gestão dos Recursos Humanos; dos Registros Acadêmicos; dos Processos de Ingresso; da parte Orçamentária; Patrimonial; da Frota e do Espaço Físico da Universidade (UFES, 2020a). E as informações geradas têm a finalidade de compreender o quantitativo dos estágios obrigatórios realizados.

Deste modo, no dia 6 de abril de 2020, foi feita uma consulta no site da Sugrad, <https://graduacao.alegre.ufes.br/>, no qual possui as matrizes curriculares dos cursos do CCENS. E, após, ocorreu a confecção de uma planilha, cujos dados deram origem a uma tabela com os pré-requisitos para a realização do estágio obrigatório.

No dia 17 de maio de 2020 o Relatório do SIE 11.02.04.99.29 foi gerado, nele consta o Resultado do Processamento de Matrícula por Disciplina. Foi originado, a partir da inserção do código de 38 disciplinas ofertadas semestralmente (2018/1, 2018/2, 2019/1 e 2019/2), com essas informações confeccionou-se uma planilha com o total de estágios obrigatórios realizados por curso.

Aliado a isto, o Sistema de Controle de Estágio, da Divisão de Estágio, que é um *software* utilizado pelos servidores da Prograd para registrar um estágio ou a celebração de um convênio, foi utilizado como base de dados no dia 18 de maio de 2020, sendo marcado no Sistema os seguintes filtros: vigência do estágio; centro e cursos.

Além disso, aconteceu um estudo nos *check lists* da Sugrad, que é um formulário criado no *Google Forms*, com objetivo de conferir as seguintes informações dos TCEs: a modalidade de estágio; o número do convênio; o local; a apólice de seguro; se há conflito de horário; a carga horária semanal; o período de realização; a matrícula na disciplina; o plano de atividades; as assinaturas e os carimbos.

A consulta realizada nos *check lists* aconteceu no dia 16 de março de 2020 e os dados extraídos representam uma amostra da população, pois as informações levam em consideração apenas os TCEs analisados pelos servidores da Sugrad, os termos entregues em mãos na Divisão de Estágio não são contabilizados.

Nesta ótica, como a população é o grupo de elementos que possui a mesma característica e a amostra é parte desse conjunto, o tamanho da amostra foi suficiente para caracterizar o grupo, tornando o subconjunto significativo (MOURÃO JÚNIOR, 2009). Logo, a população deste estudo são todos os alunos do CCENS que realizaram estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório, e a amostra corresponde a todos os TCEs que foram encaminhados pela Sugrad e viraram dados representativos, pois são equivalentes aos estágios do Centro.

Após a extração dos dados numéricos dos *check lists*, com relação aos TCEs, foram tabuladas as informações espaciais de cada estágio, as quais foram colocadas em uma planilha, possibilitando que ocorresse uma interação entre os dados qualitativos e os quantitativos, que passaram a ser interpretados de forma “mista”.

Deste modo, o Estudo de Caso e as consultas nos *check lists*, no SIE e no Sistema de Controle de Estágio utilizaram como referência o período entre 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019, o que equivale aos semestres letivos 2018/1, 2018/2, 2019/1 e 2019/2. Foram considerados os estágios nas modalidades obrigatório e não obrigatório, que ocorrem em períodos finais e intermediários dos cursos, de acordo com as especificidades da área da graduação.

Os dados coletados serviram ainda de referência para a confecção de mapas, com a utilização de SIG, no *software* ArcGIS, localizando os locais de estágio no espaço geográfico.

Deste modo, a partir da planilha com o nome dos municípios, ocorreu a adição dos geocódigos, correspondentes às cidades, os quais são encontrados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, ocorreu a elaboração de três mapas para que as ofertas de estágios dos 10 cursos do CCENS fossem estudadas. Elaborou-se então um mapa com as informações pertinentes às quatro licenciaturas (Química, Física, Ciências Biológicas e Matemática), outro com os elementos espaciais dos dois cursos na área da saúde (Farmácia e Nutrição), e mais um com os elementos dos quatro cursos de bacharelados que realizam estágio apenas no último período do curso (Geologia, Ciência da Computação, Sistemas de Informação e Ciências Biológicas).

Finalmente, após estudo da realidade interna do estágio supervisionado do CCENS ocorreu a elaboração do relatório técnico conclusivo e o anteprojeto (o produto técnico).

4 ANÁLISE E DISCURSSÃO DOS DADOS

4.1 COMPREENDENDO OS PRÉ-REQUISITOS E A ABRANGÊNCIA DOS ESTÁGIOS SUPERVIONADOS OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

Quando o aluno deseja estagiar é fundamental que ele apure se possui as condições necessárias para realizar o estágio supervisionado obrigatório ou se é possível a realização da modalidade não obrigatório. Sendo assim, a Tabela 1 apresenta a relação dos estágios obrigatórios por curso, disciplina e período ideal de realização.

É importante destacar que na Ufes o estágio obrigatório é considerado disciplina, deste modo é necessária matrícula semestral. Logo, com base no Tabela 1 foi possível perceber a importância do estágio nas matrizes curriculares dos cursos.

Com o objetivo de complementar a pesquisa foi gerado o Tabela 2 que apresenta a quantidade de matrículas nas disciplinas de estágio dos cursos do CCENS no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.

Aliado a isso, foi analisado o Relatório do SIE 11.02.04.99.29, Resultado do Processamento de Matrícula por Disciplina, com o objetivo de mensurar o total de estágios da modalidade obrigatório. E, como resultado, foi possível contabilizar que ocorreram 668 matrículas nas 38 disciplinas de estágio do CCENS, conforme apresentado na Tabela 2.

Cabe ressaltar que foram analisadas 38 disciplinas. Entretanto, na versão 2018 e 2019 do PPC do curso de Matemática e de Química, respectivamente, não houve oferta das disciplinas de estágio, existindo alunos matriculados apenas nas versões 2009 de ambos os cursos.

Cabe observar ainda que para realização do estágio não obrigatório é necessária a matrícula e frequência em pelo menos uma disciplina da graduação, o que está previsto no PPC como ação prática voltada para área de formação do aluno (SCALABRIN; MOLINARI, 2013). Desta forma, o estágio não obrigatório é considerado atividade extracurricular para todos os cursos do CCENS. Entretanto, é permitida a realização das atividades práticas, mas limitada a quantidade que será convertida em atividade complementar, para que o discente também realize outros tipos de ações.

Tabela 1 – Relação dos estágios obrigatórios por curso do CCENS/Ufes, nome das disciplinas, período de realização e carga horária

Curso	Nome da Disciplina	Período	Carga Horária
Ciência da Computação	Estágio em Informática	8º	210
Ciências Biológicas - Bach.	Estágio Supervisionado em Ciências Biológicas	9º	240
Ciências Biológicas - Lic.	Estágio Supervisionado em Ciências Biológicas I	8º	210
	Estágio Supervisionado em Ciências Biológicas II	9º	210
Farmácia	Estágio Supervisionado em Homeopatia (OPTATIVA)		240
	Estágio Supervisionado em Dispensação	4º	105
	Estágio Supervisionado em Manipulação	8º	105
	Estágio Supervisionado em Análises Clínicas	9º	135
	Estágio Final I	10º	195
	Estágio Final II	10º	180
	Estágio Final III	10º	195
Física - Lic.	Estágio Supervisionado I	7º	135
	Estágio Supervisionado I	8º	135
	Estágio Supervisionado I	9º	135
Geologia	Estágio Supervisionado em Geologia	10º	300
Matemática - Lic. (PPC Versão 2009)	Estágio Supervisionado I	6º	105
	Estágio Supervisionado I	7º	105
	Estágio Supervisionado I	8º	105
	Estágio Supervisionado VI	9º	90
Matemática - Lic. (PPC Versão 2017)	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I	8º	105
	Estágio Supervisionado no Ensino Médio I	8º	105
	Estágio Supervisionado no Ensino Fund. II	9º	105
	Estágio Supervisionado no Ensino Médio II	9º	90
Nutrição (PPC Versão 2006)	Estágio Supervisionado em Nutrição Clínica	9º	270
	Estágio Supervisionado em Nutrição Social	9º	270
	Estágio Supervisionado em Unidades de Nutrição	9º	270
Nutrição (PPC Versão 2016)	Estágio Supervisionado Integrado em Nutrição	8º	90
	Estágio Supervisionado em Alimentação Coletiva	9º	240
	Estágio Supervisionado em Nutrição Clínica	9º	240
	Estágio Supervisionado em Nutrição Social	9º	240
Química - Lic. (PPC Versão 2009)	Prát. De Ensino de Química no Ens. Médio - Estágio Supervisionado I	6º	150
	Estágio Supervisionado em Química II	7º	120
	Estágio Supervisionado em Química III	8º	135
Química - Lic. (PPC Versão 2018)	Estágio Supervisionado em Química I	6º	90
	Estágio Supervisionado em Química II	7º	105
	Estágio Supervisionado em Química III	8º	105
	Estágio Supervisionado em Química VI	9º	105
Sistemas de Informação	Estágio em Informática	9º	210

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas Matrizes Curriculares, encontradas no *site* da Sugrad (2020).

Tabela 2 - Quantidade de matrículas nas disciplinas de estágio dos cursos do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.

Cursos	Matrículas nos semestres de				Total
	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	
Ciência da Computação	2	5	5	3	15
Ciências Biológicas - Bacharelado	4	4	11	11	30
Ciências Biológicas - Licenciatura	13	0	28	0	41
	0	11	0	27	38
Farmácia	3	0	3	0	6
	16	0	29	5	50
	10	9	5	4	28
	6	9	3	7	25
	10	11	6	4	31
	8	14	6	4	32
	9	13	7	4	33
Física - Licenciatura	0	5	0	12	17
	10	0	5	1	16
	1	9	0	5	15
Geologia	15	19	18	17	69
Matemática - Licenciatura (PPC Versão 2009)	3	0	7	0	10
	0	5	0	7	12
	4	0	3	0	7
	0	4	0	3	7
Matemática - Licenciatura (PPC Versão 2017)	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
Nutrição (PPC Versão 2006)	14	1	15	0	30
	14	1	15	0	30
	14	1	15	0	30
Nutrição (PPC Versão 2016)	0	0	0	18	18
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
Química - Licenciatura (PPC Versão 2009)	11	0	4	1	16
	0	14	0	5	19
	8	1	18	1	28
Química - Licenciatura (PPC Versão 2018)	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
Sistemas de Informação	4	2	3	6	15

668

Fonte: Elaborado pela autora, baseado no Relatório 11.02.04.99.29 do SIE.

Paralelamente, quando ocorre durante o semestre, concomitantemente com as disciplinas, exige-se um coeficiente de rendimento mínimo para que o estágio possa ser realizado (UFES, 2010). Porém, no CCENS apenas o curso de Geologia dispõe de coeficiente mínimo definido, o qual é seis (6,0), nos demais cursos o estágio não obrigatório pode acontecer independentemente do desempenho acadêmico do estudante.

Não existe um sistema que contabilize especificamente o estágio na modalidade, pois a limitação é o coeficiente de rendimento quando o estágio ocorre durante o semestre e uma matrícula e frequência em qualquer disciplina.

Após explanação sobre o que é necessário para a realização do estágio nas modalidades obrigatório e não obrigatório, será feito um estudo voltado para as atividades acadêmicas e posteriormente administrativas.

4.2 ATIVIDADES ACADÊMICAS

As ações realizadas pelos docentes ocorrem de modos distintos, pois na maioria das vezes essa determinação não consta no PPC ou em Regulamentos e Normas de Estágio dos cursos. Ademais, o CCENS é composto por várias áreas do conhecimento, e dentro de um mesmo campo do saber possuem particularidades.

Neste contexto, no curso de Matemática, o acompanhamento do estágio ocorre através do Professor Coordenador de Estágio, que é indicado pelo colegiado do curso e este deve conduzir o acadêmico nos campos de estágio, divulgar possíveis vagas e expandir os locais para realização; mas, existe a figura do professor orientador que tem a função de manter contato com as concedentes e efetuar visitas técnicas, para avaliar os locais, além de realizar reuniões constantes com intuito de organizar, estruturar e examinar as atividades (UFES, 2020d).

No curso de Geologia possui o Coordenador de Área de Estágio, e quem exerce essa figura é o subcoordenador do curso, que deve indicar um professor para orientação; assinar os TCEs e zelar pelo seu cumprimento; e lançar a nota da disciplina, no caso do estágio obrigatório; já o professor orientador deve acompanhar, avaliar a realização das atividades e a elaboração do relatório, e também encaminhar a frequência e avaliação ao Coordenador de Estágio (UFES, 2020e).

A graduação em Nutrição também dispõe de um Coordenador de Área de Estágio do Curso e um professor supervisor (nomenclatura diverge com a da Lei do Estágio e Resolução da Ufes), que tem a atribuição de acompanhar o estagiário de modo semipresencial (UFES, 2020f).

Um fato curioso é que os docentes do curso de Nutrição escolhem os locais do estágio de acordo com os convênios vigentes e as vagas disponíveis. Então muitas das vezes

o aluno gostaria de realizar a atividade prática perto de casa ou em outro local, mas é impedido. Pois, de acordo com o Manual de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Nutrição já existem grupos pré-determinados em que os discentes são repartidos por sorteio no final do semestre anterior para realização dos estágios (UFES, 2020f).

O acompanhamento dos estágios dos cursos de Ciência da Computação e Sistemas de Informação ocorre por intermédio do professor orientador; entretanto, pode existir a orientação presencial, semipresencial (por intermédio de visitas constantes no local do estágio) ou até não presencial (por meio de reuniões e relatórios) (UFES, 2020g).

Sintetizando, a orientação acadêmica acontece sempre por intermédio de um docente da Ufes, que tem atribuição de assinar o TCE, acompanhar a realização das ações práticas constantemente, corrigir os relatórios e fichas de avaliação.

Os docentes, após o Ofício Circular nº 02/2019 enviado pela Gerência de Compras e Contratações (GCC) da Pró-Reitoria de Administração (Proad), passaram a ter a atribuição de enviar uma planilha ao GCC com o nome, CPF, sexo e data de nascimento dos discentes que irão realizar o estágio obrigatório, já que a Lei Federal nº 11.788/2008 determina que é a instituição de ensino que deve arcar com os custos do seguro contra acidentes pessoais no caso da realização do estágio obrigatório (BRASIL, 2008).

Essa planilha com as informações dos alunos deve ser enviada até o dia 10 de cada mês, para inclusão no dia 15 do mesmo mês (UFES, 2019d). Diante disso, é necessário que se tenha um controle e acompanhamento dos estágios de modo mais apropriado. Se a lista de estagiários não for encaminhada ao GCC até o décimo dia do mês, o estudante fica desamparado até o dia 15 do mês seguinte, sendo impedido de realizar o estágio e, em alguns casos, isso irá fazer com que não tenha mais tempo hábil de integralizar o curso no semestre, por não conseguir cumprir a carga horária total da disciplina.

Em suma, os procedimentos relacionados ao seguro coletivo dos acadêmicos que realizam estágio obrigatório são mais uma das ações burocráticas que tem gerado dificuldades para os alunos que desejam estagiar e pode levar a postergação do tempo médio para conclusão do curso.

4.3 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Importante compreender que o termo de compromisso é o único documento que comprova legalmente a formalização do estágio. Logo, após a orientação do docente é necessário o preenchimento dos termos, para que possa ocorrer a homologação. Deste modo, o discente insere as informações nos TCEs com auxílio do professor e do profissional supervisor da empresa e leva-os até a Sugrad ou diretamente à Divisão de Estágios, com a sua assinatura, do orientador e da instituição concedente; e partir deste momento inicia-se as atividades administrativas.

Nesta ocasião, o servidor técnico administrativo da Sugrad atende o estudante e faz a análise do termo juntamente com ele e solicita a correção, no caso de ocorrer o preenchimento de alguma informação de modo equivocado ou incompleto; e com isso o acadêmico muitas das vezes vai até a Secretaria diversas vezes, até que todas as informações estejam corretas.

Em outras palavras, é a Sugrad que atua na orientação e na verificação administrativa, instruindo no procedimento de preenchimento dos TCEs e dos termos aditivos, além de analisar e encaminhar a documentação (UFES, 2016).

Durante a análise dos TCEs o servidor realiza o preenchimento do *check list*, conferindo as seguintes informações: modalidade de estágio, número do convênio, local, apólice de seguro, se há conflito de horário, carga horária semanal, período do estágio, matrícula na disciplina, plano de atividades, assinaturas e carimbos. E, posteriormente, os termos de compromisso são enviados via malote, às terças e quintas-feiras, para a Divisão de Estágio, em Vitória.

Destarte, a Divisão de Estágio é um setor vinculado a Prograd, onde todos os procedimentos que estão relacionados ao estágio da Ufes são homologados. Sendo assim, os termos de compromisso e minutas de convênios são assinados pelo Diretor de Estágio e pela Pró-Reitora de Graduação, respectivamente (UFES, 2017).

Quando chegam à Divisão de Estágio, os TCEs são analisados novamente, assinados, lançados no Sistema de Controle de Estágio, da Divisão de Estágio/Prograd e voltam para cidade de Alegre. Após o retorno dos termos, os alunos

são notificados via e-mail informando que os documentos já se encontram na Sugrad, aguardando a retirada, para posterior encaminhamento à instituição concedente.

É possível que o acadêmico entregue o TCE diretamente na Divisão de Estágio, a fim de reduzir o tempo de tramitação. Desta forma, os TCEs são entregues no guichê da Prograd para análise posterior pelo servidor da Divisão de Estágio; se todas as informações estiverem corretas, após até três dias úteis (excluindo o dia da autuação) será possível a retirada do documento, com apresentação de documento com foto.

Após apresentação de todo o trâmite administrativo dos termos, é interessante recapitular as pessoas envolvidas na realização da homologação dos TCE, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Demonstrativo das pessoas envolvidas na formalização do termo de compromisso de estágio, na Universidade Federal do Espírito Santo, de acordo com a Resolução 74/2010 do Cepe.



Observação: TCE = Termos de Compromisso de Estágio
 Fonte: Elaborada pela autora, baseado na Resolução 74/2010 CEPE.

Deste modo, de acordo com a Figura 1, é possível perceber que para a formalização dos TCEs são necessárias as assinaturas de até seis pessoas: três profissionais da Ufes (dois docentes e um técnico-administrativo, que é o Diretor da Divisão de Estágio), duas pessoas representantes da instituição concedente e o discente, que é quem atua na elaboração e validação do termo.

De acordo com um estudo realizado no *Campus* de Alegre, que teve como objetivo pesquisar os procedimentos organizacionais relacionados ao estágio supervisionado e que se baseou nos relatórios número 03.99.75 (Documentos enviados) e 03.99.73 (Documentos recebidos) do SIE, o tempo médio entre a autuação dos TCEs na Sugrad

até o retorno, após a homologação pelo Diretor da Divisão de Estágio, é de aproximadamente 13 dias (CURTY, 2018).

Portanto, se cada pessoa estiver localizada em uma cidade, o tempo gasto com a homologação dos termos será muito grande, já que só entre a Divisão de Estágios e Sugrad os TCEs demoram em torno de 13 dias tramitando. Assim, o único modo de se tentar minimizar esse tempo com o andamento dos documentos é com a descentralização, o que proporcionaria uma delegação de poder central para os periféricos, reduzindo o tamanho da máquina estatal e dando celeridade aos processos. Deste modo, os termos teriam que tramitar apenas no CCENS, onde já se encontram os acadêmicos e os docentes, e na empresa.

É necessário compreender que existe a obrigatoriedade da celebração do convênio ou acordo de cooperação entre a Ufes e a instituição concedente para realização dos estágios. E, no CCENS, o setor responsável pelas atividades administrativas de orientação, análise e envio de documentação para a Prograd é a Sugrad.

A homologação das minutas acontece com a assinatura da Pró-Reitora de Graduação, no caso da minuta padrão; e se o convênio gerar algum tipo de custo para a Universidade é imprescindível o parecer do setor jurídico e o documento é assinado pelo Reitor. Logo, as ações ocorrem de modo muito centralizado, concentrando toda a autoridade no topo da hierarquia, o que acaba causando lentidão no andamento dos processos.

Cabe observar ainda, que de acordo com o Regimento Geral da Universidade é possível que o diretor do CCENS realize a homologação dos convênios, com a anuência do Conselho Departamental e com prévia aprovação do Conselho Universitário, fato esse que iria gerar descentralização e conseqüentemente maior celeridade nos trâmites.

No momento atual, como medida de prevenção do Novo Coronavírus (Covid-19), as atividades presenciais (acadêmicas e administrativas) da Universidade foram suspensas desde o dia 17 de março de 2020. Conseqüentemente, os estágios também foram suspensos até a aprovação da Resolução nº 30/2020, 18 de agosto de 2020 Cepe.

A Resolução criou e regulamentou o Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial (EARTE) na graduação, também estabeleceu que apenas os estágios obrigatórios dos cursos da saúde poderiam ser realizados presencialmente (UFES, 2020h); de outros cursos, apenas de forma remota. Porém, os estágios não obrigatórios puderam ser realizados para todos os cursos seguindo as estratégias de prevenção.

Em função de as atividades administrativas estarem suspensas, excepcionalmente, os TCEs passaram a ser assinados de modo digital, através do Protocolo/Ufes. Assim sendo, os termos são enviados pelo e-mail cadastrado no Portal do Aluno ou institucional dos discentes para o endereço de correio eletrônico da Sugrad.

Posteriormente os servidores conferem se as informações estão corretas, autuam os documentos de modo restrito, por conter informações pessoais dos acadêmicos, e enviam via Protocolo/Ufes para análise das atividades acadêmicas e homologação dos docentes. Esse envio pode ocorrer diretamente para o professor quando o responsável pelo estágio do curso é o Coordenador ou Subcoordenador do Curso, ou através do Departamento quando outro docente é o responsável. Só depois os TCEs são enviados para Divisão de Estágio/Prograd, tudo de modo digital.

Já no caso dos convênios os procedimentos estão sendo realizados diretamente por intermédio do e-mail da Divisão de Estágio.

4.4 ANÁLISE DO CAMPO DE ESTÁGIO

Essa parte do estudo tem o objetivo de compreender onde ocorrem as oportunidades de estágio desenvolvidos pelos estudantes do CCENS.

Em virtude da importância das ações realizadas pela Divisão de Estágio, o Sistema de Controle de Estágio/Prograd foi consultado nesta parte da pesquisa, já que, após a homologação do Diretor da Divisão, todos os estágios do CCENS são lançados nesse Sistema. Assim, foi possível estimar o quantitativo dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, e também a localização espacial.

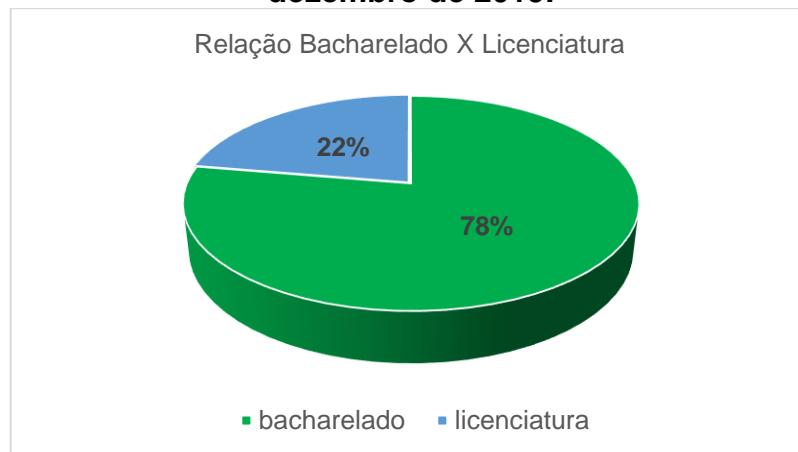
Entretanto, ao extrair os dados do relatório do Sistema de Controle de Estágio, só retornou a informação de que 64 alunos realizaram estágio no período em estudo (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019), o que demonstrou claramente que o

Sistema não contabiliza a realidade e que as informações processadas possuíam algum tipo de erro. Uma vez que, se for considerado os TCEs enviados via malote pela Sugrad, ocorreram no mínimo 421 estágios no CCENS, sem contar com a possibilidade de alguns termos terem sido entregues diretamente na Divisão de Estágio.

Então, com a impossibilidade de realizar uma análise na população total, por intermédio das informações da Prograd, o estudo tomou outra direção, passando a ser realizado por intermédio dos dados oriundos dos *check lists* da Sugrad, que representam uma amostra mais fidedigna da população, já que esse é um procedimento padrão local realizado quando da autuação dos TCEs.

Neste contexto, foram preenchidos 421 *check lists*, relacionados aos TCEs que foram enviados via malote para a Divisão de Estágio, e estes correspondem aos estágios supervisionados obrigatórios e não obrigatórios realizados no CCENS no período do estudo. Conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Relação entre o quantitativo de estágios realizados nos cursos de bacharelado e licenciatura do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.



Fonte: Elaborada pela autora, baseado nos *check lists* da Sugrad.

Considerando o número total de estágios desenvolvidos, 327 foram realizados pelos alunos dos seis cursos de bacharelado, que viabiliza o profissional atuar em diversas áreas de estágio dentro da especificidade de cada graduação. Consequentemente, os outros 94 foram das graduações em licenciatura, que proporciona a atuação dos

estágios no cenário escolar e na sala de aula de instituições públicas ou particulares, do ensino médio e fundamental.

Outro aspecto interessante é a distribuição do quantitativo dos estágios supervisionados por curso e o total destes na cidade de Alegre (Tabela 3).

A partir dos dados retratados é possível perceber que a maioria dos discentes realiza estágio na cidade de Alegre, onde o CCENS se encontra situado, o que proporciona o desenvolvimento da região através das atividades práticas realizadas durante o estágio.

Ainda é possível analisar o estágio como um tempo de transformação para a vida adulta, um ciclo de introdução profissional e que possibilita a proposta de um futuro emprego em grandes empresas e através dele se inicia a confecção de um currículo profissional (OLIVEIRA, 2009). Então, por este ângulo está ocorrendo algumas perdas no quesito oportunidade para os estagiários, visto que 58,2% dos discentes estão realizando o estágio na cidade de Alegre, onde não existem grandes empresas e as chances de uma posterior contratação são mínimas.

Tabela 3 – Quantidade de estagiários por curso e desenvolvidos no município de Alegre/ES, do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2019.

Cursos	Total de estágios	Total de estágios em Alegre/ES	Porcentagem de estágios em Alegre/ ES (%)
Ciência da Computação	2	0	0
Ciências Biológicas (bacharelado)	19	13	68
Ciências Biológicas (licenciatura)	11	3	27
Farmácia	143	104	72
Física (licenciatura)	38	26	68
Geologia	51	21	41
Matemática (licenciatura)	29	27	93
Nutrição	105	40	38
Química (licenciatura)	16	9	56
Sistemas de Informação	7	2	29
Total	421	245	58,2

Fonte: Elaborada pela autora, baseado nas informações dos *check lists* da Sugrad.

Mais do que isso, uma pesquisa muito similar ocorreu no *Campus* de Alegre e analisou os estágios do CCENS, com base no Sistema de Controle de Estágio/Prograd, no período de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017, e concluiu que 53% dos discentes realizaram o estágio na cidade de Alegre (NUNES; OLIVEIRA; COSTA,

2018). Portanto, percebe-se que nos anos de 2018 e 2019 a realidade foi pouco alterada, já que a porcentagem variou apenas 5,2%, quando se leva em consideração o total de estágios. Entretanto, é necessário considerar que foram utilizados sistemas distintos para a realização do estudo, já que atualmente está sendo explorada uma amostra da população e os dados são oriundos dos *check lists* da Sugrad.

Num segundo momento, é relevante compreender que cada curso de graduação reflete uma experiência profissional singular e um campo de atuação próprio, no qual o estágio ocorre de modo mais ou menos constante (OLIVEIRA, 2009).

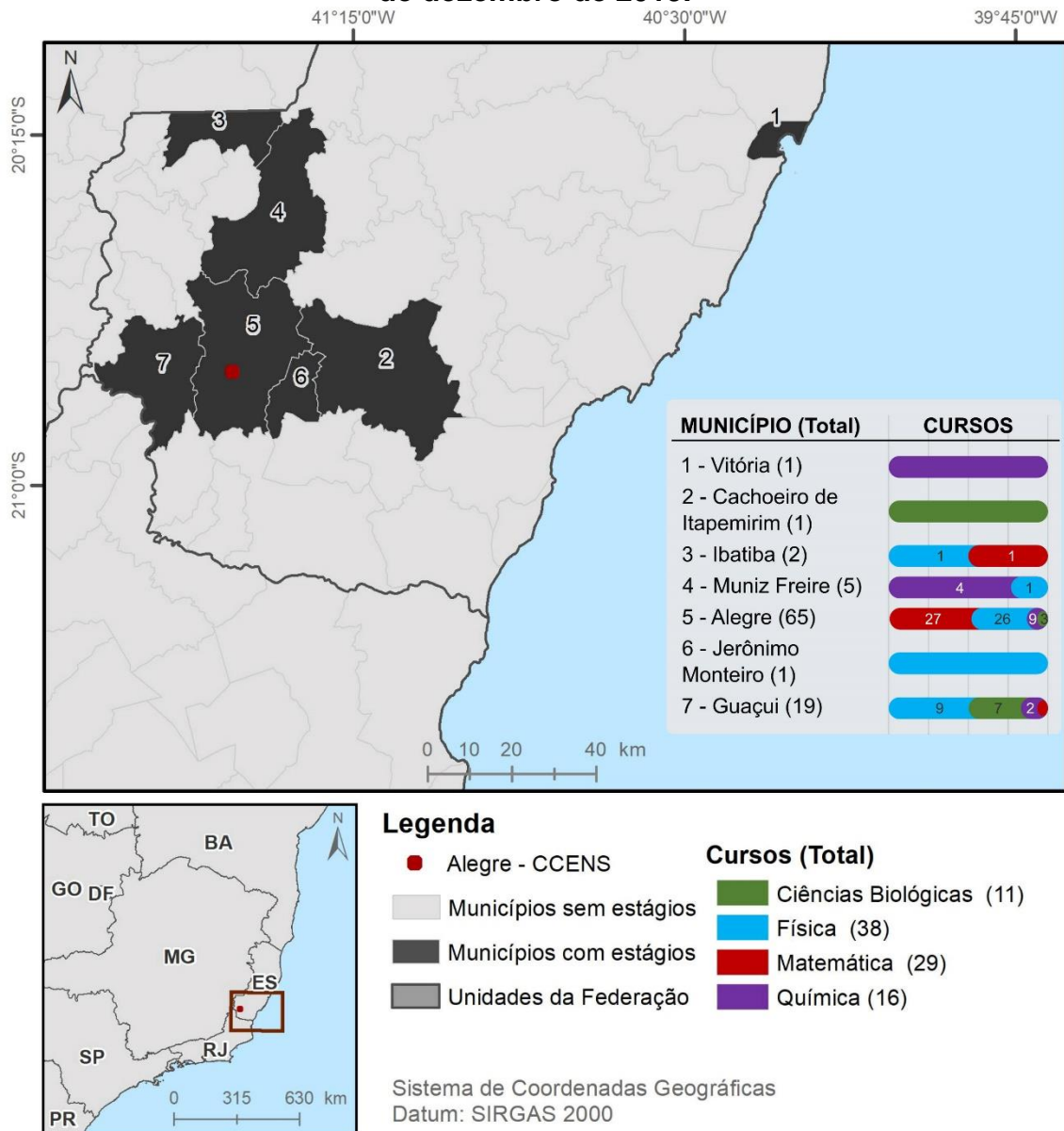
Para Ferreira e Andrade (2012) as licenciaturas asseguram não apenas uma transmissão de simples informação professor aluno, é um local no qual se elabora a pesquisa e o saber, pois o docente produz o conhecimento e não apenas reproduz. Em vista disso, para os autores, durante o período de realização do estágio supervisionado ocorre a oportunidade de o discente experimentar a realidade escolar, se preparando para o futuro exercício profissional, onde são desenvolvidos os aspectos pedagógicos em sala e é estimulada uma visão crítica envolvendo a instituição de ensino e a organização concedente do estágio.

Além disso, de acordo com Scalabrin e Molinario (2013), os acadêmicos que realizam cursos de licenciatura geralmente realizam estágio em locais próximos da sua residência, onde fizeram o ensino primário e eventualmente até voltam como professores futuramente

Assim, a Figura 3 mostra a localização dos 94 estágios das licenciaturas em: Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química do CCENS no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.

Todavia, embora o estágio sempre seja desenvolvido nas escolas de ensino médio ou fundamental e a supervisão seja realizada de modo presencial, através da orientação e acompanhamento em sala de aula (UFES, 2020d), as atividades praticadas pelos licenciados possuem uma limitação espacial, já que realizam disciplinas concomitantes com os estágios. Assim, a afirmação de Scalabrin e Molinario (2013) pode não corresponder à realidade do CCENS.

Figura 3 - Mapa com a localização dos estágios realizados pelas licenciaturas em Química, Física, Matemática e Ciências Biológicas, do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.



Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas informações dos *check lists* da Sugrad.

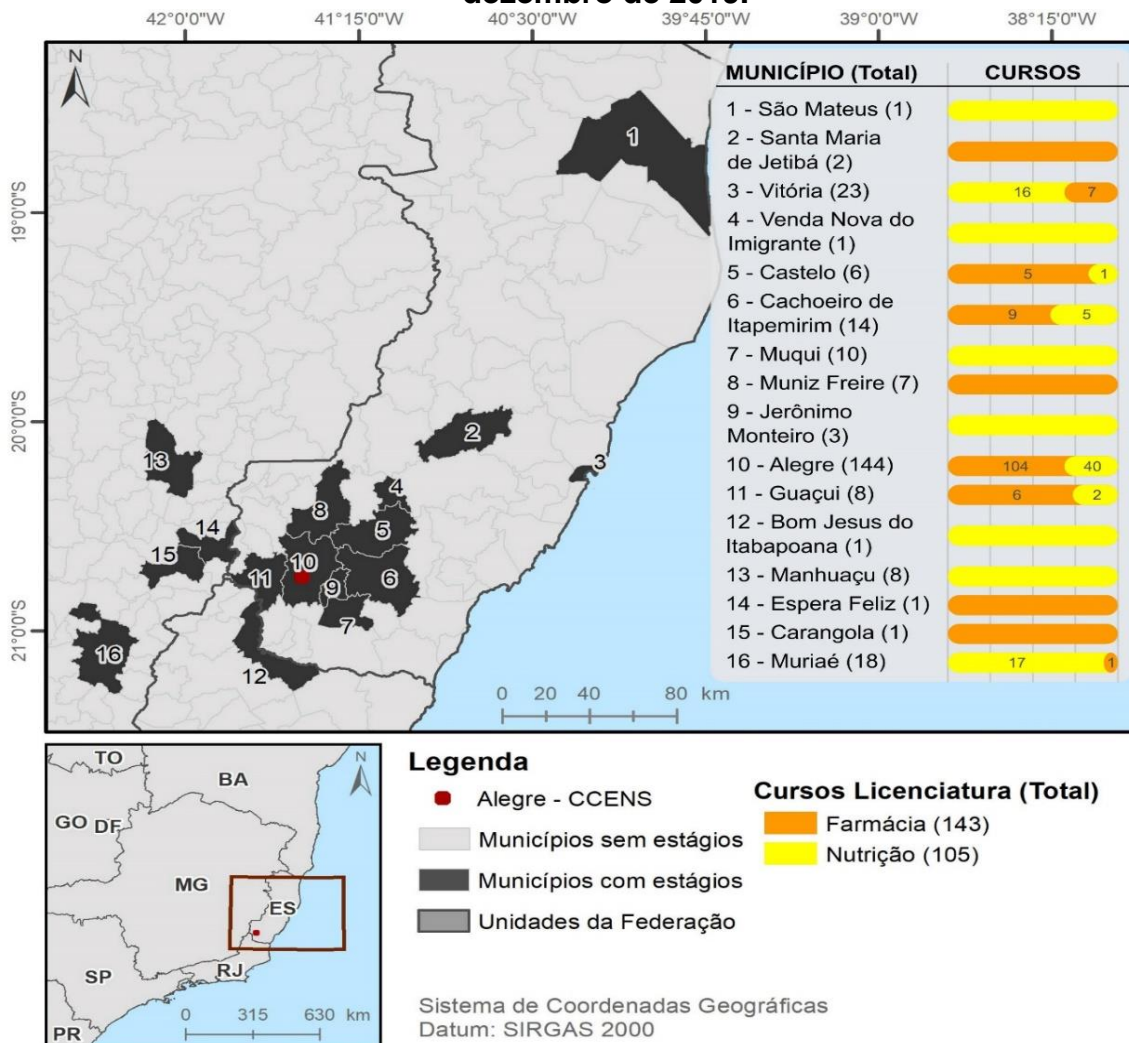
É possível perceber que 100% dos estágios ocorreram no estado do Espírito Santo e em cidades próximas a Alegre, apenas um na capital Vitória. Ao mesmo tempo, as quatro licenciaturas juntas representam 22,33% do total dos estágios, sendo 2,61% do curso Ciências Biológicas, 9,03% de Física, 6,89% de Matemática e 3,80% de Química.

Por outro lado, devido à heterogeneidade de cursos do Centro, é necessário analisar as graduações da área da saúde de modo mais específico, pois a formação superior

no campo de saúde deve capacitar um profissional para agir de modo integral na atenção à saúde e em equipe, levando em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), também é significativo que o acadêmico atue em diversas situações do dia a dia de modo prático, através do estágio (PIMENTEL et al., 2015).

Conseqüentemente, foram mapeados os locais de estágio dos cursos na área da saúde com objetivo de compreender as oportunidades, uma vez que representa 58,91% do total, sendo 33,97% do curso de Farmácia e 24,94% de Nutrição. Refletindo um montante bem considerável de atividades práticas, de acordo com a Figura 4.

Figura 4 - Mapa dos campos de estágio dos cursos de Farmácia e Nutrição, do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.



Fonte: Elaborada pela autora, baseado nas informações dos *check lists* da Sugrad.

Observando a Figura 4, percebe-se que, embora o curso de Farmácia possua muitos estágios, estes possuem uma limitação espacial no município de Alegre, o que é justificado devido ao fato de que os alunos precisam estagiar a partir do quarto período (em dispensação), no oitavo (em manipulação) e no novo período (três estágios finais), concomitantemente com disciplinas obrigatórias do curso; e também, é possível realizar o Estágio Supervisionado em Homeopatia, disciplina ofertada como optativa; o que demonstra a relevância da aplicabilidade prática e oportunizando que os indivíduos sejam compreendidos de maneira integral, ética e bioética, de acordo com a realidade em que vivem (UFES, 2013).

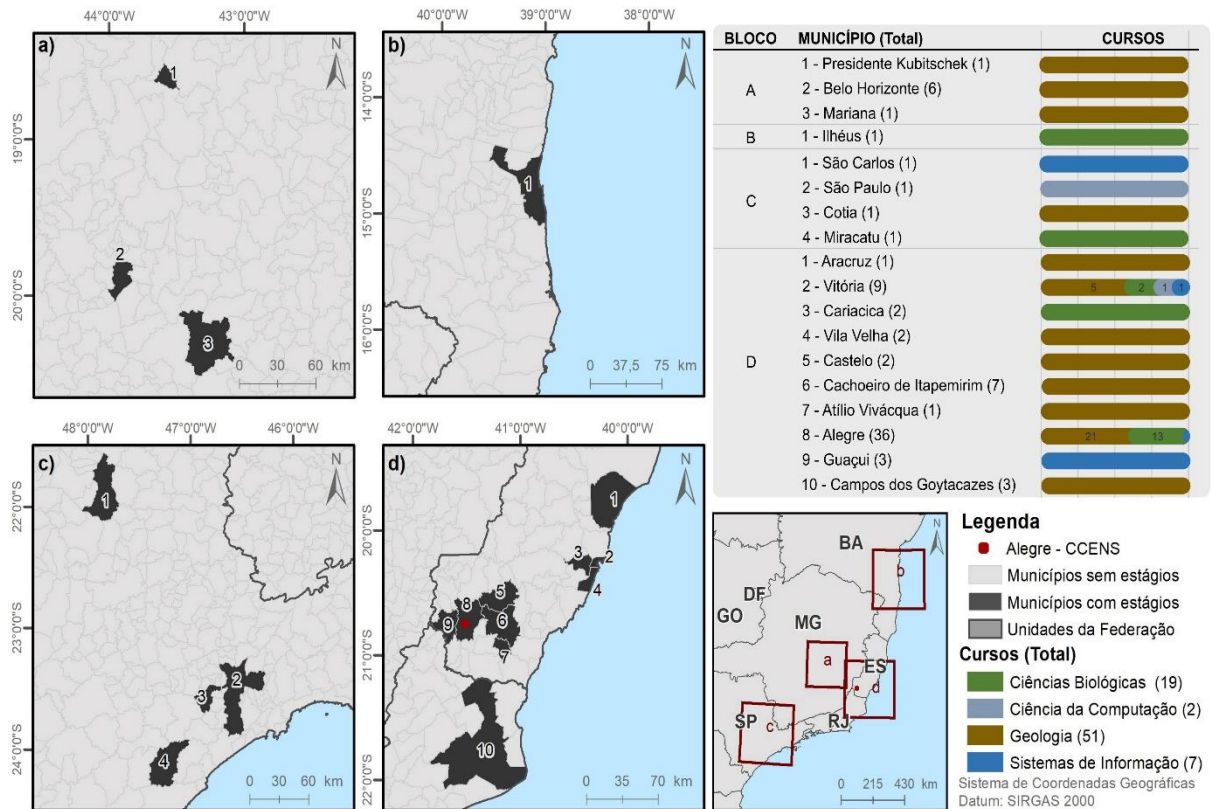
Outro fato interessante, que se tornou compreensível através da Figura 4, foi como estão distribuídos os estágios da graduação em Nutrição. Uma vez que, do total de 105 estágios, 38,10% foram realizados em Alegre (ES), 16,19% em Muriaé (MG), 15,24% em Vitória (ES), 9,52% em Muqui (ES) e 7,62% em Manhauçu (MG), permitindo afirmar que as atividades práticas foram concentradas em cidades específicas. Isso ocorre devido ao fato de que os locais de estágio são determinados pelo Coordenador de Área de Estágio do Curso e um professor supervisor. Desta forma, os alunos realizam três ciclos (em Nutrição Clínica, em Unidades de Alimentação e em Nutrição Social), no último período do curso, nas instituições concedentes definidas.

Embora pertençam a áreas das Ciências Exatas e Naturais, os cursos de Ciência da Computação, Ciências Biológicas – Bacharelado, Geologia e Sistemas de Informação possuem a particularidade de o estágio obrigatório ser realizado apenas no último período, alterando, com isso, de modo substancial as oportunidades de estágio (Figura 5).

Conforme se observa, os quatro cursos bacharelados representam 18,76% do total de estágio, sendo 12,11% de Geologia, 4,51% de Ciências Biológicas, 1,66% de Sistemas de Informação e 0,48% do curso Ciência da Computação.

Cabe observar ainda, ao analisar os 79 estágios desses cursos, que apenas 45,57% ocorrem no município de Alegre, comprovando com isso uma realidade um pouco diferente, já que os demais cursos em sua maioria realizam mais de 50% das atividades práticas na Cidade.

Figura 5 - Mapa com a localização dos estágios realizados pelos cursos de Geologia, Ciências Biológicas, Sistemas de Informação e Ciência da Computação, do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.



Fonte: Elaborada pela autora, baseado nas informações dos *check lists* da Sugrad.

Também, percebe-se, segundo a Figura 5, que as quatro graduações supracitadas possuem uma peculiaridade no quesito localização espacial dos estágios, pois estes ocorrem nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Espírito Santo.

Além do mais, o curso de Ciência da Computação foi o único do Centro que não realizou estágios no Município. Provando assim, que quando o estágio ocorre no final do curso é possível expandir o campo de estágio e realizá-los em locais distantes do CCENS, buscando mais oportunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 RESGATANDO OS OBJETIVOS

Ao introduzir este estudo, foi determinado o objetivo geral de diagnosticar como ocorrem os procedimentos relacionados ao estágio supervisionado no Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde e propor a criação da Coordenação Geral de Estágio.

Para atingir o objetivo geral foram descritos os seguintes objetivos específicos: conhecer e analisar as atividades administrativas relativas à elaboração e homologação dos TCEs dos alunos do CCENS; compreender as ações acadêmicas relacionadas a concepção dos termos de compromisso dos acadêmicos do CCENS; analisar como ocorrerem os procedimentos para a formalização dos convênios para a realização do estágio supervisionado no CCENS; compreender como ocorrem os estágios supervisionados dos cursos do CCENS, de acordo com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) / Regulamentos e Normas de Estágio; e analisar e mapear os locais de realização de estágios dos cursos do CCENS, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.

Com relação ao primeiro objetivo específico foi possível concluir que as ações administrativas realizadas pelos servidores da Sugrad, em Alegre, são apenas de orientação, análise e envio de documentos para Vitória. Não existe nenhuma autonomia na operacionalização e validação dos procedimentos. Além disso, está ocorrendo perda da eficiência dos procedimentos administrativos, em função de os documentos serem analisados em Alegre e novamente em Vitória, pela Divisão de Estágio.

Assim sendo, o modo como estão sendo realizadas as atividades administrativas tem prejudicado os discentes, que perdem as vagas de estágio para alunos de outras IES em virtude da demora dos trâmites da Ufes ou até reprovam na disciplina de estágio do curso por falta de tempo para realização da carga horária obrigatória.

Ao analisar o segundo objetivo específico, as atividades acadêmicas, também foram possíveis perceber que ocorrem problemas. Uma vez que não existe uma padronização entre as orientações dos docentes, que algumas vezes podem ocorrer

pelo professor da disciplina, outras pelo coordenador ou subcoordenador do curso. Ou seja, não existe uma determinação de quem deve ser procurado pelo aluno e o que deve ser feito pelo professor.

Portanto, o estudo das atividades administrativas e acadêmicas deixou clara a necessidade de melhorias, de descentralizar e desburocratizar os procedimentos.

Ao analisar como ocorrerem os procedimentos para a formalização dos convênios para a realização do estágio supervisionado no CCENS foi possível perceber a que a centralização é ainda maior e mais concentrada; em virtude, da validação acontecer por intermédio da figura do Reitor e da Pró-Reitora de Graduação.

Por outro lado, o quarto objetivo específico deixa claro que existe uma grande diversidade entre os cursos do CCENS, em relação às áreas (Ciências Exatas, Naturais e da Saúde) e também ao de atuação, de acordo com especificidades das graduações.

Aliado a isto, foi proposto o quinto objetivo, que possibilitou a compreensão do campo de estágio, por meio do agrupamento das quatro licenciaturas, dos dois cursos na área da saúde e dos bacharelados em Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Geologia e Sistemas de Informação, que realizam estágio obrigatório no último semestre do curso, o que também complementou o segundo objetivo específico.

Deste modo, foi possível concluir que as quatro licenciaturas (Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química) possuem um campo de atuação bem específico. Já que os alunos desses cursos realizam de dois a quatro estágios durante os semestres finais do curso e em escolas do ensino fundamental e médio, particulares ou públicas, impossibilitando grande deslocamento, já que existem disciplinas acontecendo concomitantemente. Portanto, foi necessária uma análise específica em que ficou confirmado que de fato os cursos realizam as atividades de estágio nas localidades do entorno do CCENS.

Entretanto, ao comparar cursos da mesma área, por exemplo, da Saúde, é possível perceber peculiaridades, visto que o curso de Farmácia realiza muitos estágios ao logo dos períodos e o de Nutrição faz uma grande carga horária em apenas um semestre.

Outro detalhe com relação aos cursos de Farmácia e Nutrição é a necessidade de os campos de atuação serem específicos (em Dispensação, em Manipulação, em Análises Clínicas, em Nutrição Clínica, em Nutrição Social e em Unidades de Nutrição), possibilitando aos discentes experimentarem suas preferências e até competências técnicas em várias atividades, garantindo maior confiança no momento da atividade profissional.

Ademais, os graduandos em Farmácia, embora possuam muitos estágios durante o curso, também encontram uma limitação espacial como as licenciaturas, por estes ocorrerem em conjunto com o desenvolvimento do curso.

Analisando os bacharelados de Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Geologia e Sistemas de Informação, foi possível concluir que de fato os estágios ofertados no último período do curso possibilitam que os acadêmicos realizem as atividades práticas em locais mais variados e distantes do CCENS; gerando, com isso, maior chance de estagiarem em grandes empresas e em áreas mais diversificadas.

5.2 CONTRIBUIÇÕES

Os resultados obtidos apontam a importância da pesquisa quando relacionamos com outros trabalhos, pois demonstram claramente a necessidade de descentralizar e desburocratizar os procedimentos administrativos e também apresenta, por intermédio do produto técnico, o que pode ser feito para melhorar esta realidade.

Deste modo, acrescenta uma análise também acadêmica quando se relaciona com o estudo “Análise dos processos organizacionais de estágio supervisionado da Ufes *campus* Alegre”, de Curty (2018). Pois, este teve o objetivo de verificar os processos organizacionais da atuação apenas administrativa dos estágios supervisionados. E, quando levado em consideração o artigo de Nunes, Oliveira e Costa (2018), reforça a conclusão de que os acadêmicos realizam a maioria dos estágios no entorno do CCENS.

Ao concluir este estudo, pode-se dizer que os resultados técnicos encontrados são importantes para o CCENS no sentido de apresentar uma análise da atual realidade do Centro com relação ao estágio supervisionado. E, mais do que isso, embasar a proposta de criação de um setor administrativo, a Coordenação Geral de Estágio, que juntamente com o Plano de Ação Educacional, mudaria todo o quadro exposto no

trabalho, proporcionado provável melhoria nas atividades relacionadas ao estágio do CCENS.

5.3 PRODUTO TÉCNICO

O produto técnico decorrente deste estudo é o relatório técnico conclusivo: Análise das Atividades Relacionadas ao Estágio Supervisionado e o anteprojeto Proposta de Criação da Coordenação Geral de Estágio do CCENS/Ufes, que tem o objetivo de melhorar a atual situação do Centro com relação os procedimentos relacionados aos estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório.

Desta forma, o relatório apresentou todos os pontos relacionados às atividades de estágio e o anteprojeto propôs a criação de um setor administrativo que alterará esta realidade, proporcionado uma mudança na forma como ocorrem os trâmites acadêmicos e administrativos relacionados aos estágios, tornando-os mais rápidos e eficientes.

5.4 CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa aconteceu através da utilização de métodos tradicionais como o estudo bibliográfico, que é a base de qualquer dissertação. Também foi empregada a análise documental nos PPC e nos Regulamentos e Normas de Estágio dos cursos.

Entretanto, o trabalho começou a se ampliar através da observação participativa da atuação dos servidores técnico-administrativos da Sugrad. Além disso, aconteceu a geração e análise dos relatórios no SIE e no Sistema de Controle de Estágio/Prograd. E, para complementar por meio de uma amostra representativa da população estudada, ocorreu a elaboração e estudo cartográfico.

5.5 ADERÊNCIA

Este produto técnico foi elaborado no contexto da administração pública, já que o estudo aconteceu em uma instituição de ensino superior pública. Destarte, segue a Linha 2 de pesquisa – Tecnologia, inovação e operações no setor público, e está inserido no Projeto estruturante 4 – Transformação e inovação organizacional, quando se analisa a aderência recomendada pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública.

5.6 REPLICABILIDADE

A metodologia empregada na pesquisa pode ser realizada de imediato em qualquer um dos centros da Ufes, com facilidade. Por outro lado, para a reprodução em qualquer outra instituição de ensino é necessário que sejam desenvolvidas algumas adaptações, em virtude de os programas utilizados para o registro acadêmico e gestão de estágios serem distintos em cada organização acadêmica, além de poder ocorrer diferenças nas normativas internas de estágio das instituições, ou particularidades de cursos distintos.

5.7 INOVAÇÃO

O trabalho desenvolvido possui aspecto inovador com relação ao tema estágio, uma vez que é o terceiro estudo relacionado às atividades de estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório no CCENS. Além disso, é o primeiro que aborda apenas o Centro, os outros dois discorriam sobre o *Campus* de Alegre e isso gerava dificuldade de aprofundar a análise, estudou ainda as atividades acadêmicas desenvolvidas pelos docentes.

5.8 ÊNFASE DA DISSERTAÇÃO

A ênfase deste estudo está na análise da parte prática, uma vez que a partir do estudo de caso, da geração e estudo de relatórios, da elaboração e análise de mapas, entre outros procedimentos metodológicos foi desenvolvida a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANANIAS, P. Gestão pública: desassombrando nossa história. **Revista do Serviço Público**, v. 61, n. 4, 2010, p. 333-344.
- BANDEIRA, D. L. **Análise da eficiência relativa de departamentos acadêmicos: o caso da UFRGS**. 2000. 147 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- BERGUE, S. T. Cultura e mudança organizacional. **Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC**, 2010.
- BERNARDES, J. F.; ABREU, A. F. de. A contribuição dos sistemas de informações na gestão universitária. **IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, SC, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35705>. Acesso em: 22 abr. 2020, 9h56.
- BIANCHI, A. C.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- BIANCO, M. F.; SOUZA, E. M.; REIS, A. M. S. A Nova Gestão Pública: um estudo do pró-gestão focado em dois projetos prioritários no Estado do Espírito Santo. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 15, n. 1, 2014. p. 118-143.
- BINOTTO E.; RIBEIRO E. S.; DALLAVRIDA V. R.; SIQUEIRA E. S. Descentralização Político-Administrativa: o Caso de uma Secretaria de Estado. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, p. 186-213, set./dez. 2010.
- BORGO, I. A. **UFES: 40 anos de história**. 2. ed. Vitória, ES: EDUFES, 2014.
- BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1999.
- BRASIL. Decreto 19.851, 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá ao sistema universitário. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, abr. 1931.
- BRASIL. Portaria nº 1.002, de 29 de setembro de 1967. Considerando urgente a necessidade de criar condições que possibilitem o entrosamento empresa-escola, visando à formação e ao aperfeiçoamento técnico-profissional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, set. 1967.
- BRASIL. Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977. **Dispõe sobre os estágios de estudantes de ensino superior e profissionalizante do 2º grau e supletivo**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6494.htm. Acesso em: 29 set. 2019, 04:15.

BRASIL. Decreto-lei nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, ago. 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 fev. 2020, 09:15.

BRASIL. Presidência da república. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Câmara da reforma do estado, 1995. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/planodiretor1995.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020, 8:00.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, set. 2008.

BRASIL. Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019. Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, mar. 2019.

CÂMARA, G.; DAVIS, C. MONTEIRO A. M. V. **Introdução à Ciência da Geoinformação** São José dos Campos/SP, 2ª ed, (revisada e ampliada), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>. Acesso em: 21 mar. 2020, 9:47.

CARVALHO, V. D. H.; BARBIRATO, J. C. C.; CIRILO J. V. A.; POLETO T. Uma Metodologia para Sistemas Espaciais de Apoio à Decisão Aplicada à Gestão da Educação Pública. In: **7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Contrastes, Contradições e Complexidades**. Maceió, Brasil, 5 a 7 de outubro de 2016.

CHIAVENATO. **Teoria Geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000.

CHIAVENATO. **Administração geral e pública: provas e concursos**. 3. ed. São Paulo, SP: Manole, 2012.

COSTIN, C. **Administração Pública**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e a Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA, L. M. F.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. p. 151-204.

CURTY, W. B. **Análise dos Processos Organizacionais de Estágio Supervisionado da UFES Campus Alegre**. Espírito Santo. 2018. Dissertação (Pós-Graduação em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2018.

FARIA, L. M. F. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA, L. M. F.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. p. 136-150.

FERREIRA, C. A. L.; ANDRADE, C. M. P. de. História Local, Ensino de História e Estágio Curricular: Uma Experiência na UFFS. **Diversa Prática**, Volume Especial de Lançamento – 2º. Semestre 2012, Bahia, 2012. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/diversapratica. Acesso em: 24 mar. 2020, 08:43.

GONÇALVES, M. L.; BALDIN, N.; ZANOTELLI, C. T.; CARELLI, M. N.; FRANCO, S. C. **Fazendo pesquisa: do projeto à comunicação científica**. 4. ed. Joinville, SC: Univille, 2014.

JONES, G R. **Teoria das organizações**. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2010.

KOMATSU, S. Sistematização Normativa e Tipologia Preliminar de Organização Federais. **Inovação na Gestão Pública. Cooperação Brasil - Espanha**. Brasília, Editora IABS, 2012.

MARTINS, G. A. Estudo de Caso: Uma Reflexão sobre a Aplicabilidade em Pesquisas no Brasil. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, USP, v. 2, n. 2, enero-abril, pp. 8-18, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2352/235217215002.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2020, 07:08.

MAXIMIANO, A.C. A. Introdução à Administração. 8. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

MOREIRA, L. K. R.; MOREIRA, L. R.; SOARES, M. G. Educação Superior no Brasil: discussões e reflexões. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 134-150, jan.-jun. 2018.

MOURÃO JÚNIOR, C. L. Questões em Bioestatística: O Tamanho da Amostra. **Revista Interdisciplinar de Estudos Experimentais**. Juiz de Fora, MG, v. 1, n. 1, p. 26 - 28, 2009.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, USP, v. 1, n. 3, 2º sem. 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cadpesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 03 maio 2020, 4:58.

NUNES, A. C. M.; OLIVEIRA, F. B. de; COSTA, R. S. da. Geoprocessamento como ferramenta na localização dos estágios realizados pelos alunos dos cursos de graduação da Ufes – Campus Alegre. In: OLIVEIRA, F. B. de; OLIVEIRA, C. H. R. de; FIGUEIRO, A. C.; MARQUES, R. de A. **Sistema de Informações Geográficas na Gestão Pública**. CAUFES. Alegre/ES, 2018. p. 11-20. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10507>. Acesso em 22 abr. 2020, 20:07.

OLIVEIRA, S. **Estágios para Universitários**: representações e implicações na inserção profissional dos jovens brasileiros e franceses. Rio Grande do Sul. 2009. Dissertação (Doutoramento). Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PAIVA, J. M. de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, E. M. T.; FARIA, L. M. F.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. p. 43-59.

PEREIRA, L. C. B. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 21-38 p.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, Santa Catarina, Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.

PIMENTEL, E. C.; VASCONCELOS, M. V. L. de; RODARTE, R. S.; PEDROSA, C. M. S.; PIMENTEL, F. S. C. Ensino e aprendizagem em estágio supervisionado: estágio integrado em saúde. 2015.

PÔRTO, J. L. C.; LÖBLER, M. L. A Estrutura Departamental na UFSM uma Contextualização Crítica do Modelo Organizacional. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, V. 20, p. 133-150 - Edição Especial – setembro, 2007.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional**. Tradução Rita de Cássia Gomes. 14. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2010.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista Unar**, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2013.

SILVA, E. L. de; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>. Acesso: 02 mai. 2020, 05:14.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Resolução nº 31, de 8 de dezembro de 2000. Alterar a designação do Centro Agropecuário da Universidade Federal do Espírito Santo – CAUFES - para Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo – CCA - UFES. **Conselho Universitário**, Vitória, dez 2000. Disponível em: <http://daocs.ufes.br>. Acesso em: 24 nov. 2019, 03:08.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Estatuto. **Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores**. 2002a. Vitória. Disponível em: <http://daocs.ufes.br>. Acesso em: 08 out. 2019, 03:50.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Regimento Geral da UFES. **Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores**. 2002b. Vitória. Disponível em: <http://www.daocs.ufes.br/regimento-geral-da-ufes>. Acesso em: 08 out. 2019, 04:15.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Resolução nº 38, de 03 de dezembro de 2007. Aprovar o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), dentro do escopo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Ministério da Educação (MEC). **Conselho Universitário**, Vitória, dez 2007. Disponível em: <http://daocs.ufes.br>. Acesso em: 01 out. 2019, 04:38.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Resolução nº 74, de 14 de dezembro de 2010. Institui e regulamenta o estágio supervisionado curricular nos cursos de graduação da UFES. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Vitória, dez 2010. Disponível em: <http://daocs.ufes.br>. Acesso em: 08 set. 2020, 05:00.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Resolução nº 18, de 11 de abril de 2013. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia do Centro de Ciências Agrárias. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Vitória, abr 2003. Disponível em: <http://daocs.ufes.br>. Acesso em: 17 mar. 2020, 13:10.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Resolução nº 44, de 22 de dezembro de 2015. **Conselho Universitário**, Vitória, dez 2015. Disponível em: <http://daocs.ufes.br>. Acesso em: 26 ago. 2019, 06:19.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Resolução nº 07, de 04 de março de 2016. **Conselho Departamental do Centro de Ciências Agrárias**, Alegre, mar 2016. Disponível em:

http://alegre.ufes.br/sites/alegre.ufes.br/files/resolucao_no._007_2016_-_cd_-_regimento_sugrad.pdf. Acesso em: 06 abr. 2020, 13:14.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Memorando Circular 01/2017 DAA/PROGRAD/UFES, de 29 de julho de 2017. **Pró-Reitoria de Graduação**, Vitória, jul 2017. Disponível em: http://www.prograd.ufes.br/sites/prograd.ufes.br/files/field/anexo/memorando_circular_01_-_estagio_supervisionado_1.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019, 03:38.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Resolução nº 22, de 06 de julho de 2019a. **Conselho Universitário**, Vitória, jul 2019. Disponível em: <http://daocs.ufes.br>. Acesso em: 14 dez. 2020, 00:48.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Histórico. CEUNES, ES, out 2019b. Disponível em: <https://ceunes.ufes.br/historico>. Acesso em: 20 nov. 2019, 13:16

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. História. Campus de Alegre, Alegre, ES, out 2019c. Disponível em: <http://www.alegre.ufes.br/historia>. Acesso em: 09 out. 2019, 05:23.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Ofício Circular 02/2019 GCG/PROAD/UFES, de 01 de março de 2019. Pró-Reitoria de Administração, Vitória, mar 2019d.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Acesso ao SIE. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Vitória, ES, jun. 2020a. Disponível em: <http://progep.ufes.br/acesso-ao-sie>. Acesso em: 08 jun. 2020, 07:04.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. A instituição. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES abr 2020b. Disponível em: <http://www.ufes.br/institui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 26 abr. 2020, 08:12.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Estatuto Proposto. Estatuto e Regimento, Vitória, ES, mai. 2020c. Disponível em: <http://www.estatutoeregimento.ufes.br/sites/atualizaestatutoeregimento.ufes.br/files/fileld/anexo/Proposta%20do%20Estatuto%20-%2010.07.17.pdf>. Acesso em: 13 de mai. 2020, 19:23.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Projeto Pedagógico de Curso. Secretaria Única de Graduação, Alegre, ES, abr. 2020d. Disponível em: <http://graduacao.alegre.ufes.br/projeto-pedagogico-de-curso>. Acesso em: 03 abr. 2020, 16:19.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Estágio Supervisionado Obrigatório em Geologia. Geologia, Alegre, ES, abr 2020e. Disponível em: <http://www.geologia.ufes.br/sites/geologia.alegre.ufes.br/files/estagio.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020, 19:02.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Documentos e Formulários. Nutrição, Alegre, ES, abr. 2020f. Disponível em: http://www.nutricao.alegre.ufes.br/sites/nutricao.alegre.ufes.br/files/field/anexo/manual_de_estagio_versao_2016.pdf. Acesso em: 06 jun. 2020, 07:45.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Estágio Supervisionado Obrigatório em Informática. Computação, Alegre, ES, abr. 2020g. Disponível em: http://www.computacao.alegre.ufes.br/sites/computacao.alegre.ufes.br/files/field/anexo/regulamento_de_estagios_dos_cursos_dcomp.pdf#overlay-context=regulamentos. Acesso em: 25 abr. 2020, 22:38.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Resolução nº 30, de 18 de agosto de 2020. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Vitória, ago 2020h. Disponível em: <http://daocs.ufes.br>. Acesso em: 20 nov. 2020, 04:18.

VIEIRA, E. F; VIEIRA, M. M. F. Estrutura organizacional e gestão do desempenho nas universidades federais brasileiras. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 37(4):899-920, jul./ago. 2003.

VIEIRA, E. F; VIEIRA, M. M. F. Funcionalidade Burocrática nas Universidades Federais: Conflito em Tempos de Mudança. **RAC**, v. 8, n. 2, Abr./Jun. 2004: 181-200.

ANEXOS

ANEXO A – RELATÓRIO ANTI-PLÁGIO

Relatório DOCxWEB: <https://www.docxweb.com>

Título: diagnostico dos estagios supervisionados do ccens
Data: 22/12/2020 17:52
Usuário: Lidianne Bicalho Almeida
Email: lidianne@live.com

WEB Ajuda

Autenticidade em relação a INTERNET

Autenticidade Calculada: **99 %**
Autenticidade Total: 99 %

Texto Pesquisado

LIDIANNE BICALHO ALMEIDA

DIAGNÓSTICO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS
DO CCENS/UFES: UM ESTUDO DE CASO

ALEGRE/ES
2020

LIDIANNE BICALHO ALMEIDA

DIAGNÓSTICO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS
DO CCENS/UFES: UM ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientadora Profa. Dra. Fabricia Benda de Oliveira

ALEGRE/ES
2020

AGRADECIMENTOS

ANEXO B – ATESTADO DE RECEBIMENTO TÉCNICO

**ATESTADO DE RECEBIMENTO TÉCNICO**

Atestamos, para fins de comprovação, que recebemos o produto, dentro de padrões de qualidade, prazo e viabilidade, contido no relatório intitulado **Relatório Técnico Conclusivo: Análise das Atividades Relacionadas ao Estágio Supervisionado e Anteprojeto: Proposta de Criação da Coordenação Geral de Estágio do CCENS/UFES**, que teve como origem os resultados da dissertação desenvolvida pela servidora **Lidiane Bicalho Almeida**, no Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), orientada pela Prof^a. Dr^a. Fabricia Benda de Oliveira, no período de agosto/2019 a dezembro/2020. O resultado consiste em um relatório técnico que tem o propósito de auxiliar os gestores e compreender de modo fácil as ações referentes ao estágio dos acadêmicos do Centro, e também um anteprojeto sugerindo a criação da Coordenação Geral de Estágio do CCENS. Além do autor principal, participaram também da pesquisa, como suporte técnico e discussão da temática, os seguintes profissionais:

Fabricia Benda de Oliveira – CPF: 027.645.157-07

Alegre-ES, 22 de fevereiro de 2021

Taís Cristina Bastos Soares
Diretora do Centro de Ciências Exatas,
Naturais e da Saúde da UFES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

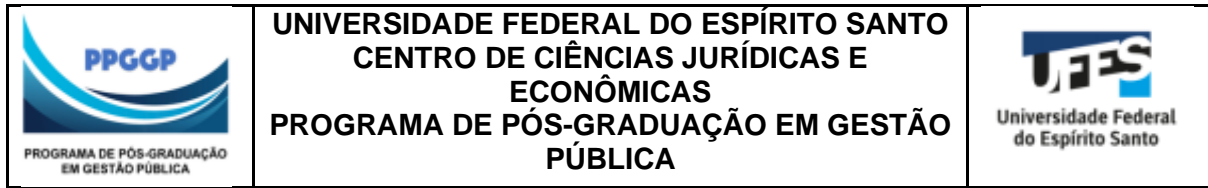


O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
TAIS CRISTINA BASTOS SOARES - SIAPE 1546219
Diretor do Centro de Ciências Exatas Naturais e Saúde
Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde - CCENS
Em 22/02/2021 às 09:05

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/141673?tipoArquivo=O>

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE ENTREGA DO PRODUTO TÉCNICO



Alegre, 22 de fevereiro de 2021

À Direção do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde

Prof^ª. Dr^ª Taís Cristina Bastos Soares

Assunto: Entrega de produto técnico

Sr^ª. Diretora do CCENS,

Tendo sido aprovada no processo seletivo para cursar o Mestrado Profissional em Gestão Pública, oferecido pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), após a obtenção do título de Mestre, encaminho o produto técnico resultante da minha dissertação, em sua versão final, denominado “Relatório Técnico Conclusivo: Análise das Atividades Relacionadas ao Estágio Supervisionado e Anteprojeto: Proposta de Criação da Coordenação Geral de Estágio do CCENS/UFES”, para depósito no repositório institucional, resultante da minha pesquisa de conclusão de curso, desenvolvido sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Fabricia Benda de Oliveira.

Atenciosamente,

Lidiane Bicalho Almeida
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em
Gestão Pública- PPGGP- UFES

Taís Cristina Bastos Soares
Diretora do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da
Saúde da UFES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LIDIANNE BICALHO ALMEIDA - SIAPE 2075867
Secretaria Única de Graduação - Setorial Sul - SUGS/DSGS/PROPLAN
Em 22/02/2021 às 08:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/141651?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
TAIS CRISTINA BASTOS SOARES - SIAPE 1546219
Diretor do Centro de Ciências Exatas Naturais e Saúde
Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde - CCENS
Em 22/02/2021 às 09:05

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/141672?tipoArquivo=O>

APÊNDICE B – PRODUTO TÉCNICO: CARACTERÍSTICAS RELEVANTES (CADASTRO PTT SUCUPIRA)

1 – Qual a área do seu PTT?

Administração pública

2 – Qual o tipo da produção do seu PTT?

Técnica

3 - Qual o subtipo do seu produto técnico?

Serviços técnicos

4 – Natureza do produto técnico.

Relatório técnico conclusivo e anteprojeto.

5 – Duração do desenvolvimento do produto técnico

6 meses

6 – Número de páginas do texto do produto técnico

18

7 – Disponibilidade do documento (PTT).

	Restrita (quando a instituição não permite a divulgação do PTT)
X	Irrestrita (quando o PTT pode ser disponibilizado no Repositório Institucional, no site do PPGGP ou da Instituição estudada/beneficiada)

8 – Instituição financiadora

Essa pesquisa foi autofinanciada pela pesquisadora, uma vez que foi realizado durante o período de isolamento social em virtude da prevenção do coronavírus (Covid-19). Sendo assim, os gastos foram apenas de material de escritório e energia elétrica.

9 – Cidade do PPGGP	
Vitória – ES	
10 – País	
Brasil	

11 – Qual a forma de divulgação do seu PTT?	
X	Meio digital – disponibilização do texto em um repositório ou site de acesso público, via internet.
	Vários – disponibilização em uma combinação de, pelo menos, duas modalidades anteriores.

12 – Idioma no qual foi redigido o texto original para divulgação	
Português	

13 – Título do seu PTT em inglês	
Conclusive Technical Report: Analysis of Activities Related to the Supervised Internship and Draft Project: Proposal to Create the General Internship Coordination of CCENS/UFES.	

14 – Número do DOI	
Não aplicável	

15 – URL do DOI	
Não aplicável	

16 – Subtipos – produtos técnico/tecnológicos	
Relatório técnico conclusivo e anteprojeto	

17 – Finalidade do seu PTT	
----------------------------	--

Elaborar um relatório para demonstrar os procedimentos que estão ocorrendo no CCENS com relação as atividades de estágio e um anteprojeto para propor a criação da Coordenação Geral de Estágio no Centro.

18 – Qual o nível de impacto do seu PTT?

Impacto consiste na transformação causada pelo produto técnico/tecnológico no ambiente (organização, comunidade, localidade, etc.) ao qual se destina.

X	Alto
	Médio
	Baixo

19 – Qual o tipo de demanda do seu PTT?

X	Espontânea (Identificou e desenvolveu a pesquisa e o PTT)
	Por concorrência (Venceu a concorrência)
	Contratada (Solicitação da instituição, sendo ou não remunerado)

20 – Qual o impacto do objetivo do seu PTT?

	Experimental
X	Solução de um problema previamente identificado
	Sem um foco de aplicação previamente definido

21 – Qual a área impactada pelo seu PTT?

	Econômica
	Saúde
X	Ensino
	Social
	Cultural
	Ambiental
	Científica

22 – Qual o tipo de impacto do seu PTT neste momento?	
X	Potencial (Quando ainda não foi implementado/ adotado pela instituição)
	Real (Quando já foi implementado/ adotado pela instituição)

23 – Descreva o tipo de impacto do seu PTT	
<p>Ao ser implantado este produto técnico as atividades relacionadas ao estágio seriam realizadas no próprio Centro, em Alegre. Conseqüentemente, iria diminuir a burocracia, ampliar o campo de estágio e melhorar o andamento dos processos, que se tornariam mais ágeis e eficientes.</p>	

24 – Seu PTT é passível de replicabilidade?	
X	SIM (Quando o O PTT apresenta características encontradas em outras instituições, podendo ser replicado e/ou a metodologia está descrita de forma clara, podendo ser utilizada facilmente por outro pesquisador).
	NÃO (Quando o PTT apresenta características tão específicas, que não permite ser realizado por outro pesquisador, em outra instituição e/ou a metodologia é complexa e sua descrição no texto não é suficiente para que outro pesquisador replique a pesquisa).

25 – Qual a abrangência territorial do seu PTT? Marque a maior abrangência de acordo com a possibilidade de utilização do seu PTT. Apenas uma opção	
X	Local (só pode ser aplicado/utilizado na instituição estudada e em outras na mesma localidade).
	Regional (Pode ser aplicado/utilizado em instituições semelhantes em nível regional dentro do estado).
	Nacional (Pode ser aplicado/utilizado em qualquer instituição semelhante, em todo o território nacional)
	Internacional (Pode ser aplicado/utilizado por qualquer instituição semelhante em outros países).

26 – Qual o grau de complexidade do seu PTT?	
<p>Complexidade é o grau de interação dos atores, relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento de produtos técnico-tecnológicos.</p>	
	Alta (Quando o PTT contemplou a associação de diferentes novos conhecimentos e atores -laboratórios, empresas, etc. para a solução de problemas)

	Média (Quando o PTT contemplou a alteração/adaptação de conhecimentos pré-estabelecidos por atores diferentes -laboratórios, empresas, etc.- para a solução de problemas)
X	Baixa (Quando o PTT utilizou a combinação de conhecimentos pré-estabelecidos por atores diferentes ou não).

27 – Qual o grau de inovação do seu PTT?	
Intensidade do conhecimento inédito na criação e desenvolvimento do produto.	
X	Alto teor inovativo – Inovação radical, mudança de paradigma
	Médio teor inovativo – Inovação incremental, com a modificação de conhecimentos pré-estabelecidos
	Baixo teor inovativo – Inovação adaptativa, com a utilização de conhecimento pré-existente.
	Sem inovação aparente – Quando o PTT é uma replicação de outro trabalho já existente, desenvolvido para instituições diferentes, usando a mesma metodologia, tecnologia, autores, etc.

28 – Qual o setor da sociedade beneficiado por seu PTT? Marque apenas uma opção	
	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
	Indústria da transformação
	Água, esgoto, atividade de gestão de resíduos e descontaminação
	Construção
	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
	Transporte, armazenagem e correio
	Alojamento e alimentação
	Informação e comunicação
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
	Atividades imobiliárias
	Atividades profissionais, científicas e técnicas
	Atividades administrativas e serviços complementares
	Administração pública, Defesa e seguridade social

X	Educação
	Saúde humana e serviços sociais
	Artes, cultura, esporte e recreação
	Outras atividades de serviços
	Serviços domésticos
	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
	Indústrias extrativas
	Eletricidade e gás

29 – Há declaração de vínculo do seu PTT com o PDI da instituição na qual foi desenvolvido?	
X	SIM
	NÃO
<p>Descrição do Vínculo: Quando analisamos o produto técnico e tentamos vincular ao Plano de Desenvolvimento Institucional podemos considerar que está situado no Nível Operacional de Planejamento, por se tratar da sugestão da criação de uma coordenação, que é um setor que possui características voltadas para a execução das tarefas.</p>	

30 – Houve fomento para o desenvolvimento do seu PTT? <i>Se não houve financiamento, marcar Cooperação</i>	
	Financiamento
X	Cooperação
	Não houve

31 – Há registro de propriedade intelectual do seu PTT?	
	SIM
X	NÃO

32 – Qual o estágio atual da tecnologia do seu PTT?	
	Piloto ou protótipo

X	Finalizado ou implantado (Ex.: o PTT pode estar finalizado enquanto proposta, feito o diagnóstico de uma situação o PTT apresenta sugestões para a solução de problemas ou melhoria do contexto encontrado no início da pesquisa)
	Em teste

33 – Há transferência de tecnologia ou conhecimento no seu PTT?	
X	SIM (quando foi apreendido total ou parcialmente por servidores da instituição onde foi desenvolvido a pesquisa da dissertação ou no caso de empresas privadas, ONGs, etc)
	NÃO

34 – URL do seu PTT (colocar na linha seguinte) (Onde ele pode ser encontrado)	
http://repositorio.ufes.br/handle/10/879	
http://www.gestaopublica.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PGGP/disserta%C3%A7%C3%B5es-defendidas	

35 – Observação – utilize até 255 caracteres para descrever algo que destaca o seu PTT e que não foi contemplado nos itens anteriores.	
-	

36 – Qual a área do seu PTT?	
Administração pública	

37– Seu PTT está alinhado com qual Linha de Pesquisa e projeto estruturante?	
Política, planejamento e governança pública (Linha 1)	
	Linha 1 - Projeto Estruturante 1 – Governo, políticas públicas e planejamento
	Linha 1 - Projeto Estruturante 2 – Governo e gestão no setor público
Tecnologia, inovação e operações no setor público (Linha 2)	
	Linha 2 - Projeto Estruturante 3 – Ações e programas finalísticos de apoio/suporte ao governo
X	Linha 2 - Projeto Estruturante 4 – Transformação e inovação organizacional